



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 17 DE OUTUBRO DE 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas. Com a presença da Vereadora Soninha Francine e deste Vereador, há número legal. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 15ª audiência pública desta Comissão no ano de 2018.

Esta audiência pública tem como objeto o PL 536/2018, de autoria do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2019; ou seja, o Orçamento da Cidade para 2019.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no link Auditórios Online.

Foram convidados para esta audiência: o Sr. Caio Megale, Secretário Municipal da Fazenda, a quem agradeço pela sempre presença; Vereadores da Câmara Municipal, população de modo geral.

A publicação da audiência se deu nos jornais de grande circulação, quais sejam: em 15/10/2018, no jornal *O Estado de S.Paulo*; no dia 16/10/2018, no jornal *Folha de S.Paulo*; dias 11, 12, 16 e 17 de outubro no *Diário Oficial da Cidade*.

O Tribunal de Contas do Município não foi convidado? (Pausa) Quero informar que esta é a primeira audiência geral de seis que iremos realizar, devido ao calendário eleitoral, que nos permitiu fazer o mesmo número de audiências públicas que houve no ano passado.

As próximas audiências públicas estão confirmadas para se realizarem no Salão Nobre, no oitavo andar, às 10 horas, com os seguintes temas: dia 24/10, segunda audiência pública temática da Cultura, com: Secretaria Municipal e Cultura e Fundação Theatro Municipal; dia 31/10, terceira audiência pública, com o tema Direitos Humanos, com: Secretaria Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Direitos Humanos; dia 7/11, quarta audiência pública, com o tema Habitação e Funcionalismo, com: Secretaria Municipal de Habitação, Cohab, Fundo Municipal de Habitação, Secretaria de Gestão, IPREM e Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte; dia 14/11,

quinta audiência pública, com o tema Educação e Esportes, com: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Esportes, Fundo de Esportes, Lazer e Recreação, e Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente; dia 21/11, sexta audiência pública, com o tema Saúde, com: Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, Autarquia Hospitalar Municipal, Secretaria Municipal das Subprefeituras. Secretaria Municipal da Fazenda Tribunal de Contas do Município. Nesse último dia, será realizada também a segunda audiência geral.

Proponho que, cuidadosamente, silenciosamente, na exposição abramos já as inscrições. Temos um horário limite, que é até às 13 horas, por causa da Comissão de Política Urbana.

Registro a presença nesta reunião de membros da Defensoria Pública do Estado de São Paulo: Ana Carolina Schwan, Daniel Secco, Paula Machado, Fernanda Dutra; e do Vereador Isac Felix.

Vamos então, imediatamente, à fala do Secretário com os números do Orçamento 2019. Tem a palavra o Secretário Caio Megale para sua exposição.

O SR. CAIO MEGALE – Bom dia a todos. É um prazer estar de volta à Comissão de Finanças e Orçamento, agora para discutir a proposta de Orçamento para 2019. Temos uma proposta que foi elaborada ao longo dos meses de junho, julho, agosto e setembro, enviada ao final de setembro, com participação de todas as Secretarias. Nas Prefeituras Regionais, fizemos audiências públicas, seguindo o princípio de democratização do Orçamento, sempre revelando e mostrando as restrições e as rigidezes orçamentárias que temos e buscando entender e ouvir as propostas e necessidades de forma a tentarmos alcançar um Orçamento que seja o mais próximo possível. Estamos sempre sujeito às restrições orçamentárias do Município e às despesas obrigatórias, das quais não podemos fugimos, mas procuramos chegar o mais próximo possível de um Orçamento que atenda às necessidades da Cidade nas suas mais diversas áreas.

Hoje se inicia mais uma etapa importante desse processo, que são as audiências públicas, agora aqui na Câmara Municipal, em cima da proposta inicialmente enviada ao Legislativo, que vai ser debatida e discutida com a sociedade e entre os Vereadores para que, eventualmente, ao final do processo, seja aprovada como Orçamento para 2019.

Eu trouxe uma apresentação que vai buscar focar algumas áreas. Vou falar um pouquinho do que tem sido a evolução de receitas e despesas do Município. Esse PL inicia seu foco em fixar as receitas e fixar as despesas do Município. Então, para que tenhamos um embasamento sobre essa nossa proposta, vale a pena olhar um pouco para trás e ver como tem sido a evolução de receitas e despesas do Município. Aí, falaremos um pouquinho sobre os desafios em montar a peça orçamentária. Finalmente, vamos aos grandes números do Orçamento.

Como o Presidente Tatto mencionou, esta é a primeira audiência pública, mais geral, envolvendo os grandes temas da confecção do Orçamento. A partir das próximas audiências, mergulharemos com mais detalhes nos temas e áreas da Administração Pública, para, mais adiante, voltarmos a fazer uma audiência pública geral.

Estou com o Cadu, que vai me ajudar a passar os *slides*.

- Orador para a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. CAIO MEGALE - A agenda que temos hoje para a apresentação é o cenário econômico. Esse é o pano de fundo para a elaboração do Orçamento: desempenho dos principais tributos; esforços do lado da receita, que temos feito para aumentar a receita e poder atender ao máximo às necessidades do Município; olhar para as despesas, para saber como está sendo a evolução; e, finalmente, o Orçamento 2019.

Começo com o cenário econômico. Esta é a evolução do PIB. Sabemos que a arrecadação de impostos na cidade de São Paulo é bastante correlacionada com o PIB – o ISS, que é o nosso principal imposto; um pouco menos o IPTU, que é mais estável. O ICMS é bastante correlacionado também; nossa cota parte, que vem do Estado, é o terceiro maior item

de arrecadação. O IPVA também é correlacionado, assim como o ITBI. Então, as premissas de atividade econômica, as premissas macroeconômicas são importantes para a confecção de um Orçamento, para a boa compreensão do que está por trás dos números que vão ser apresentados.

Como todos sabem, passamos dois anos bastante complicados do ponto de vista de atividade econômica; na verdade, quatro anos. O ano de 2014 já foi um ano baixo de PIB, 0,5%, abaixo do estimado PIB Potencial; ou seja, já um PIB indicando recessão. Depois, tivemos dois anos muito negativos, de 3,5% de queda. Isso teve efeitos profundos na arrecadação de impostos para o Município e também efeitos profundos nas remessas, nos repasses, especialmente do Governo Federal. No ano de 2017, a recuperação, de que se tinha expectativa, foi muito tímida, depois de dois anos muito fracos. E, para o ano de 2018, quando apresentamos o Orçamento um ano atrás, havia uma previsão de 2,2% de crescimento, que não é nenhuma maravilha, mas já indicava alguma retomada. Como todos sabem, o ano foi mais complicado do que se esperava, tanto do ponto de vista econômico como do político. Tivemos a greve dos caminhoneiros e outros eventos que afetaram a atividade econômica. O cenário internacional também não foi um cenário estável, mas de volatilidade: alto de juros nos Estados Unidos e mudança na política comercial americana, que também nos afeta. Agora, há a incerteza do período eleitoral, que também faz postergar investimentos *etc.*

Diante desse cenário, o PIB acabou crescendo menos do que se esperava, quase 1% a menos do que apresentamos. E 1% a menos num PIB grande como o brasileiro tem impacto também importante. Ou seja, o ano foi difícil, mais difícil do que nós imaginávamos, tem sido mais difícil do que imaginávamos porque o ambiente externo e o ambiente local, tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista político, foi mais desafiador. A nossa expectativa é que agora, passado o período eleitoral, nós tenhamos um crescimento médio de 2,5, é a média das expectativas que têm sido coletadas pelo Banco Central. Vamos ver quão perto das expectativas vamos estar.

Outro ponto importante é a inflação. Tivemos um ano muito baixo de inflação em 2017. Isso afetou a arrecadação de 2017, mais ajudou na evolução das despesas. Os contratos estão reajustados com inflação mais baixa, agora temos uma inflação um pouco mais alta em 2018, que olhando para 2019 acaba dando uma pressionada, um pouquinho mais, nas despesas.

Em todas as minhas participações e declarações públicas eu faço questão de reforçar o seguinte: como é que fazemos a gestão fiscal do Município? Primeiro nós pagamos as despesas obrigatórias. Então, entra a arrecadação, eu tenho de pagar os salários dos servidores, depois a aposentadoria dos servidores, depois olhar para o custeio dos equipamentos que estão implantados; Saúde, todas as UBSs, hospitais; Educação, todas as escolas; salário, os contratos dos convênios; Assistência Social; Cultura; Esportes; parques, fazemos a manutenção; subsídio ao transporte público, sabemos que nos últimos cinco anos triplicou também comprimindo a capacidade de despesas do orçamento. E finalmente com o que sobra, nós olhamos para novas iniciativas. Não tem sobrado muito. Tenho como mostrar isso para vocês, esse é o nosso grande desafio. E aí o desafio vai para dois lados. Primeiro reajustar o lado da receita para que sobre mais para investimentos e olhar para as despesas, que estão sendo as despesas correntes, e verificar se todas aquelas despesas fazem sentido, o que podemos ajustar e ganhar eficiência.

Em termos de taxas de juros temos uma expectativa de taxas de juros relativamente estável em torno de 8%, é uma taxa de juros mais baixa do que a média da taxa de juros no passado. Isso tem algum ganho do ponto de vista de pagamento de dívida, os contratos de dívida com a União, em contrapartida - como vocês sabem -, o caixa da Prefeitura tem uma sazonalidade muito clara, muito definida: o primeiro quadrimestre, na verdade, é um quadrimestre em que entra muito caixa, especialmente, pela antecipação de IPTU e o último é um quadrimestre em que esse caixa é praticamente todo consumido para o pagamento de 13º, fechamento de contratos, fechamento do exercício, e também é um quadrimestre que tem um

mês a menos ali de IPTU.

Estou falando isso, porque você tem um caixa no Município que é positivo, praticamente, o ano inteiro, até o final do ano e esse caixa é remunerado à taxa Selic, ou seja, quanto menor a taxa Selic, menor a receita financeira, a receita de rendimento financeiro desse caixa, portanto menor a perspectiva. Logo, é bom a taxa Selic mais baixa, do ponto de vista da atividade econômica, os contratos de dívida, mas em contrapartida remunera menos o nosso caixa ao longo do ano.

A taxa de desemprego segue elevada, começou a cair um pouco ali em 2017, voltou a subir, caiu um pouco agora, mas essa taxa de desemprego elevada reflete a recessão econômica e a taxa de desemprego elevada, enfim, afeta consumo, afeta serviços e, portanto, também afeta a arrecadação de impostos, ou seja, de forma geral, o cenário macroeconômico é um cenário melhor do que aquele de queda livre da atividade que tínhamos em 2015, 2016, mas é um cenário econômico que ainda não empolga, ainda não é um cenário que nos deixa tranquilos para dizer o seguinte: vamos ter um ano que vem fácil de navegar, será um ano em que a economia vai melhorar, vai melhor a arrecadação, vamos ter um pouco mais de flexibilidade. Segue um cenário econômico desafiador com uma incerteza eleitoral ainda presente.

O mercado imobiliário que afeta o ITBI vem bem de lado. As transações – essas barrinhas azuis – praticamente estáveis nos últimos dois ou três anos. Os preços de imóveis, que é a linha azul, estáveis; a linha vermelha, que é o PCA, os outros preços subindo, mas os preços dos imóveis, que subiram bastante entre 2014, 2015, depois estão praticamente estáveis, ou seja, não tem muito impacto aqui no ITBI.

Os desempenhos dos principais tributos nesse ambiente ainda de recessão ou baixo crescimento econômico. Temos um desempenho que é afetado por essa atividade, em contrapartida, a Secretaria da Fazenda não ficou parada. Ela foi atrás de fiscalizar, fazer programas para melhorar a arrecadação de impostos, sem aumentar a carga tributária, mas

diminuindo o não pagamento de impostos, aumentando a emissão de notas fiscais para apresentar uma retomada. E fomos bem-sucedidos nessa área. A arrecadação de ISS, por exemplo, está chegando perto de 13%, 12,8% de crescimento. É uma boa retomada.

Vejam que na época de 2015, 2016 a taxa de crescimento está muito baixa, em 2017 foi um pouquinho melhor e agora, em 2018, finalmente, com o resultado de todos os nossos esforços a arrecadação melhorando. Aquela era a taxa de crescimento, aqui é o ISS em termos de volume. Vejam que boa melhorada em 2018. Estamos agora com uma arrecadação de ISS que supera, em termos de poder de compra, o pico de 2014, não supera em muito, ainda estamos atrasados. Quer dizer, se a gente olhar para a tendência que vinha de 2006 até 2013, a tendência sugeriria um volume de ISS, hoje, muito maior do que está. Nós estagnamos nos últimos quatro anos, mas pelo menos saímos do vale e estamos começando a retomar.

É importante esse gráfico, tenham esse gráfico na cabeça, essa tendência, porque as despesas, especialmente com Previdência, contratos, custeios da máquina, ela não tem esse mesmo comportamento. Ele vem subindo desde 2016 e continua subindo de 2014 para frente, abrindo uma boca de jacaré. As receitas estagnaram a partir de 2014, só que as despesas continuaram correndo. Essa boca de jacaré, para quem está interessado no longo prazo da Cidade, interessado em administrar e observar o orçamento da Cidade - que é o que todos estamos fazendo aqui -, é muito importante ter em mente. Quer dizer, reequacionar o orçamento da Cidade gradativamente a essa realidade de despesas que continuaram crescendo para receitas que estagnaram.

Com relação ao IPTU, continuamos com um crescimento estável, perto de 10%. Isso vem desde 2011. A expectativa agora, a partir de 2019, é de que o crescimento seja um pouco mais moderado, porque vão desaparecendo os efeitos do trabalho realizado lá em 2014, 2103, de revisão da Planta Genérica, que teve frutos importantes para a Cidade. É um trabalho que sempre louvamos nas nossas intervenções públicas, os efeitos agora vão acabando. A

planta está mais equilibrada depois do trabalho feito, a taxa de crescimento tende a ser mais próxima a taxa de crescimento da inflação prospectiva. Em termos de volume, o IPTU, esse seguiu crescendo; diferente do ISS que estabilizou. O IPTU seguiu crescendo, dando uma compensada naquela boca de jacaré que mencionei há pouco.

Quanto ao ITBI, o crescimento é esperado próximo da inflação mais uma expectativa de retomada de mercado depois de anos muito fracos, 2016 e 2017; a expectativa é que ele volte a crescer um pouquinho. O volume de ITBI está praticamente estagnado desde 2014; cresceu bastante até 2014, mas, a partir dali, não cresceu muito mais.

ICMS. Não é o nosso tributo próprio, mas é a segunda maior linha do Município, o segundo maior volume de arrecadação e, por isso, é importante olharmos para ele também. O ICMS vem crescendo 3,8% neste ano. Estas são variações nominais no ano passado, muito próximas da inflação e, este ano, 4,6%, também muito próximo da inflação. Portanto, não estamos, no ICMS, recuperando aquelas quedas relevantes de 2014, 2015 e 2016; em 2015 não houve queda, mas foi um zero a zero muito abaixo do anterior. Então, no ICMS, que é uma arrecadação grande, importante para o Município, praticamente não houve retomada.

Este quadro é bem mais dramático do que o ISS, que é o nosso principal tributo, que vinha crescendo e parou a partir de 2014. O ICMS é mais grave: vinha crescendo e despencou desde 2013 a 2016. Como é muito ligado à produção industrial, a crise gerada nesses anos fez com que o ICMS, que já teve uma arrecadação próximo a 9,5 bilhões, caiu para 7,2 bilhões, isso em termos reais; ou seja, é uma perda muito relevante de poder de compra no sentido de realização de atividades em relação ao nosso principal ponto de receita.

Quanto ao IPVA, estamos tendo uma mudança estrutural no setor automobilístico, com baixo crescimento. O IPVA não tem esse comportamento, é flat desde 2009 e começa a cair gradativamente desde 2008.

Só para fechar essa parte de arrecadação de impostos, o resumo da história é que a taxa de crescimento importante de tributos que tivemos até 2014 parou; o ISS, nosso

principal imposto, ficou de lado; o ICMS, a segunda maior fonte de arrecadação, despencou; o IPTU foi o único que continuou crescendo, apesar de não conseguir compensar, por exemplo, a queda do ICMS. Então, em média, podemos dizer que, na melhor das hipóteses, os nossos impostos, em termos reais, em termos de poder de contratar serviços, está praticamente estável desde 2014. Melhoramos em 2018, como eu mostrei, principalmente em relação ao ISS, mas ainda estamos aquém do que poderíamos se não houvesse ocorrido a recessão e, principalmente, estamos aquém do que foi a taxa de crescimento das despesas correntes e obrigatórias nos últimos anos, como vou mostrar também.

Receitas de capital não são as tributárias, mas as de outorgas, de vendas de ativos, de repasses de operações de créditos, todas voltadas a investimentos. Fiz questão de mostrar as receitas de capital projetadas comparadas com as efetivamente executadas, porque uma crítica que o Orçamento do ano passado sofreu e o deste ano vem sofrendo também é que estamos cortando algumas obras e atividades importantes.

Na verdade, estamos cortando espuma. Isso nunca existiu. As projeções de receitas de capital que tínhamos nos últimos anos eram muito além do que efetivamente conseguíamos investir. Gradativamente, estamos trazendo o Orçamento para bases mais reais, mais realistas. No ano passado, conseguimos realizar mais do que nos anos anteriores, mas ainda ficou aquém da receita esperada e, para o ano que vem, esperamos que, com a retomada, tenhamos receitas de capital melhores, mais próximas do realizado. Importante dizer que eu tirei tanto os depósitos judiciais como o Programa de Desestatização, que é um incremento para investimentos se conseguirmos – e tenho certeza de que vamos conseguir – avançar em alguns projetos de desestatização e parcerias que temos no nosso horizonte.

Decompondo as receitas de capital esperadas, as desestatizações e outras receitas estão lá na frente e esperamos perto de 500 milhões em Operações Urbanas; outros 560 milhões de operações de crédito; 775 de transferências da União, e 1 bilhão de receitas correntes. Olhando para 2018, comparando com 2018, temos projeções bem próximas do que

vem sendo realizado em receitas correntes e uma expectativa de melhora de transferências da União, de operações de crédito principalmente, já que estamos agora colhendo os frutos do trabalho feito desde 2015, quando começamos a renegociar a dívida do Município, que se reduziu, abrindo espaço para as operações de crédito. Ao longo de 2017, construímos muitas operações de crédito com a Saúde, com a Habitação, com a Segurança Urbana, e a nossa expectativa é que essas operações de crédito deem frutos agora em 2019.

Só para pontuar alguns esforços que fizemos do lado da receita, temos feito fiscalizações semanais, buscando fazer com que aqueles setores da economia que não pagam corretamente seus impostos, ou porque não querem pagar ou porque não estão corretamente informados sobre como fazê-lo, e isso tem dado resultado. O gráfico da esquerda mostra a emissão de notas fiscais de serviços; 30% de crescimento de crescimento de 2018 comparado a 2016; em dois anos, o trabalho da Receita Municipal está fazendo com que se aumente o número de emissões de notas fiscais, o que significa mais arrecadação de impostos, cujo resultado é bastante impressionante. Daí a importância de reforçar o bom trabalho da Receita.

Fizemos o Programa Nota do Milhão, o que deu uma boa estimulada no programa de sorteio que já existia na Prefeitura; o volume de bilhetes por sorteio cresceu e vem se mantendo num nível elevado, o que também significa mais emissão de notas fiscais, uma vez que só entra no sorteio quem tiver uma nota fiscal emitida. Temos distribuído prêmios mensais, e é muito bacana vermos as pessoas felizes, recebendo o prêmio e percebendo o quanto é importante a emissão de notas fiscais. Não divulgamos muito o prêmio porque, geralmente, as pessoas que ganham um milhão de reais não gostam muito de aparecer nem tirar foto, mas o programa continua e tem obtido bastante sucesso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE – Você pede nota fiscal?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE – Muito bem.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE – Aí o pessoal vai emitir com toda a satisfação.

Sobre ações de fiscalização, já falei aqui. São as medidas que estamos fazendo para melhorar a receita.

Estamos também investindo em sistemas. Temos alguns sistemas relevantes que estamos colocando em prática. Chamo a atenção para o mais importante deles que é o novo IPTU, que está em amarelo. O atual é bom e robusto, mas data de 1976, quase a minha idade e já está na hora de fazer uma renovação. Essa também foi uma iniciativa que começou na gestão anterior e estamos dando continuidade e, se tudo der certo, devemos lançar o novo IPTU já no ano que vem, modernizando o sistema e facilitando não só da arrecadação de impostos, mas principalmente a vida do contribuinte, pois vai facilitar mais o acesso a informações e a velocidade na resposta aos contribuintes do novo IPTU.

Só para fechar a parte de receitas, obtivemos o crescimento e 8,9% na receita total e a expectativa de 6,1% de crescimento de receita para o ano que vem.

Agora as despesas. Este é o comportamento das despesas totais, que se compara muito com o gráfico das receitas totais que apresentei há pouco. Apesar da forte queda da arrecadação observada a partir de 2013 e 2014, especialmente no tocante ao ICMS e no ISS, as despesas continuaram por algum tempo crescendo num ritmo relativamente elevado. Os anos de 2014 e 2015 foram anos de crescimento relativamente elevados de despesa; já o ano de 2016 começou a se adaptar, a mostrar a nova realidade da receita e, em 2017, aprofundamos esse processo e conseguimos chegar ao final do ano – algo que não acontecia há alguns anos – a um equilíbrio entre receitas totais e despesas totais, gerando até certa sobra de caixa, que tem sido aproveitada neste ano.

Em 2018, já estamos obtendo uma taxa de crescimento de despesas maior, em consonância com a retomada das receitas. Este é um ponto importante que reforçamos sempre: a Secretaria da Fazenda tem como seu principal norte manter as contas públicas

equilibradas. O nosso objetivo não é ficar gerando *superavit* um atrás do outro. Como as condições de endividamento do Município estão bastante razoáveis e boas, não faz sentido ficar gerando muitos *superavit*; o que faz sentido, com ganho de receita, destinar as atividades aos projetos do Município, e é isso o que está acontecendo: estamos com uma taxa de crescimento perto de 7% das despesas, que é responsável porque as receitas estão com um crescimento mais ou menos no mesmo ritmo. O grande desafio é a composição das despesas.

Sobre o volume das despesas, o ritmo deu uma diminuída e agora voltou a crescer. Devemos liquidar perto de 55 bilhões de reais em despesas neste ano, crescendo de forma sensível comparado a 2017; ou seja, os esforços do lado da receita estão se traduzindo em despesas, mais programas e mais atividades para o município.

Sobre as despesas correntes em termos de composição, elas estão crescendo mais perto da inflação, o que é importante; estamos atacando aquelas despesas correntes para sobrar espaço para investimento; 4,5% mantém a desaceleração e é próximo do índice de inflação, que aumenta os contratos, etc.

Neste ano, o destaque é a despesa de capital. A recuperação do equilíbrio financeiro e a retomada das receitas têm permitido a retomada do investimento na Cidade. Ainda é uma retomada de um nível baixo; são dois anos de queda importante de investimento entre 2016 e 2017, trazendo o Orçamento de forma dura, reconheço, mas necessária, para a realidade do ponto de vista orçamentário, e agora, reequilibrado, com as receitas voltando a crescer, os investimentos estão sendo retomados; estamos com um crescimento de 33% neste ano. Está certo que a base pode ser baixa, mas é uma retomada que chama a atenção. O próximo gráfico mostra isso em termos de volumes. O que significa crescer 33% em investimento? Significa que, depois de dois anos de queda relevante, voltamos a crescer, embora ainda estejamos abaixo do que investíamos em 2015 e 2015. Mas já passamos o nível de investimento de 17 e 16.

Se esse processo de disciplina fiscal, esse processo de equilíbrio das contas

públicas, de retomada da economia e retomada das receitas continuar, nós poderemos gradativamente aumentar o investimento. Esse investimento pode ser turbinado por operações de crédito, como já mencionei algumas; pelo nosso programa de desestatização e parcerias; e também, de forma mais estrutural, a retomada do investimento só será possível se mudarmos também de forma estrutural a dinâmica das despesas correntes. Vou falar sobre isso daqui a pouco.

Estamos fazendo esforços do lado da despesa. Esse gráfico mostra o gasto mensal com aluguéis na Prefeitura. É um nível que chegou no início de 2017 perto de R\$ 13 milhões, R\$ 14 milhões por mês, por conta dos reajustes de contratos concedidos no ano anterior. Mas agora, com as nossas renegociações, isso é sazonal: cresce no começo do ano, cai, volta. Mas a tendência é de queda, refletindo os nossos esforços. Se eu pegar do pico ao vale, temos uma queda de perto de 20% a 25% de despesas com aluguel, só para exemplificar os esforços que estamos fazendo.

Então vamos agora para a confecção do Orçamento: Como é que se junta essa dinâmica de receitas e de despesas, olha para frente e tenta equilibrar a peça orçamentária. Quais são os desafios? É como acomodar o crescimento do custeio.

Aqui, um gráfico relativamente longo, desde 2006, ou seja, 12 anos de gráfico, e incluí despesas sem pessoal, sem incluir o pessoal da ativa; saúde, educação, assistência social, que são os contratos de convênios; subsídio do ônibus; e previdência, inativos. De 2012 a 2018, o crescimento é de 126%. Nesse mesmo período, as receitas cresceram 50%. Essa dinâmica que estrangulou o orçamento da Prefeitura e vem estrangulando o orçamento de praticamente todos os entes nacionais e subnacionais do País. Com a Prefeitura, não é diferente.

Lembre-se que as receitas cresceram até 2014 e depois pararam. As despesas foram embora. Então esse é o nosso grande desafio: olhar para essas despesas e tomar uma decisão como sociedade. Essa é a dinâmica que queremos para as despesas dos convênios,

do subsídio ao transporte público, da previdência? Então temos que entender que as receitas não crescerão no mesmo ritmo e as outras áreas ficarão comprometidas.

Vamos mudar essa dinâmica, rever essa estrutura, e equilibrar despesas e receitas mais estruturalmente para frente.

O segundo gráfico mostra a previdência, que é o que mais aperta naquele período. Se nós vamos discutir seriamente o orçamento público, nós temos que olhar para a dinâmica da Previdência.

Quando nós fizemos as audiências públicas do PL da Previdência, muitos questionaram as premissas das previsões. Não vou entrar nesse mérito, vou colocar “liquidado”. Está no Portal da Transparência o quanto nós estamos liquidando com previdência todos os anos. Nós tínhamos uma insuficiência de R\$ 1 bilhão em 2008, que pulou para R\$ 2,3 bilhões em 2013, foi a R\$ 5,4 bilhões este ano. Ou seja, quando olho deste ano para o ano passado, a insuficiência na previdência está crescendo perto de R\$ 700 milhões. Esse déficit da previdência equivale a duas vezes o liquidado em Cultura todo ano.

Só estou expondo os números. Sei que a previdência é um direito, é lei, e nós vamos pagar isso na frente dos outros. Mas nós temos que saber que, se essa dinâmica não mudar, as outras vão ser prejudicadas. Prestem atenção nos números. Estamos falando de R\$ 5,4 bilhões para 2018 e R\$ 6,1 bilhões para 2019. E nós vamos acomodar esse crescimento.

O orçamento da segurança pública é menor do que o déficit da previdência. Então, faz muita diferença.

Esses são os nossos desafios. E nós, como sociedade, temos que olhar para isso e falar: “Ok, não pode mudar”, então vamos ter que entender e abrir mão; ou retomaremos a discussão desse tema e de outros temas de custeio e reequilibrar do outro. Esse é o dilema, a escolha, que está posto para a sociedade.

Em 2007, saúde, assistência social, ônibus, pessoal e precatórios, representavam 65%; hoje, representam 83%, esse número cresce todo ano. Isso significa que sobra para o

resto, e são temas da maior relevância para a Cidade. É claro que aqueles temas são considerados prioritários, com justiça: saúde, educação, assistência social, transporte, pessoal, previdência. Porém, vai espremendo lixo, varrição, zeladoria, habitação, segurança, cultura, parques, meio ambiente, investimentos, esporte, trabalho. Essa realidade tem que estar exposta num debate claro e transparente de orçamento com a sociedade, é a intenção dessa apresentação.

Dito isso, quais são os grandes números do orçamento para frente? Nós temos aqui uma LOA aprovada, de 2018, de receitas correntes de R\$ 52,2 bilhões. Devemos liquidar receitas correntes perto de R\$ 52 bilhões, ou seja, estamos bem pertinho da receita corrente graças aos esforços todos que fizemos. Estamos projetando R\$ 55,6 bi para 2019. Receitas de capital, ainda bem abaixo do que é projetado: R\$ 4,2 bilhões; devemos liquidar R\$ 2,1 bilhões. Desses R\$ 4,2 bilhões, R\$ 1 bilhão será para desestatização e parcerias, mas ainda assim distante das receitas de capital projetadas. Então, receitas totais: R\$ 56,3 bi na LOA; devemos executar R\$ 54 bi; e para LOA 19, estamos prevendo R\$ 60,1 bi.

Do orçamento de R\$ 56,3 bilhões para R\$ 60,1 bilhões, são R\$ 4 bilhões a mais para serem distribuídos. É bastante coisa. Separei as áreas que mais demandam essa parte dos R\$ 4 bi: saúde, cujo orçamento foi de R\$ 9,9 bi e estamos orçando R\$ 10,6 bi. Em parte, porque estamos com novos equipamentos: o Hospital de Parelheiros, que está sendo concluído; mais UBSs foram lançadas. Em parte também porque os orçamentos anteriores estavam insuficientes para a saúde, então precisamos de um ajuste maior.

Além de saúde, educação, que é prioridade e tem o mínimo constitucional. Educação cresce junto com a receita: de R\$ 11,8 bilhões para R\$ 12,9 bilhões; e subsídio ao transporte público. Nesse caso, é um efeito mais orçamentário do que financeiro, porque estamos lançando na LOA deste ano R\$ 2,9 bilhões. Na LOA do ano passado, era R\$ 2,1 bilhões. Mas por que cresceu tanto? Na verdade, o subsídio ao transporte público é R\$ 2,9 bi desde 2016, e não estava claramente explícito no orçamento. Vou até mostrar um gráfico sobre

isso: o orçamento de 2015 foi abaixo disso, o de 16, 17, 18 também abaixo, então isso precisa ser finalmente ajustado.

Portanto, grande parte desse crescimento de receita acaba indo para essas quatro linhas. E, claro, para previdência: como falei, R\$ 5,4, R\$ 6,1 no ano que vem. Estamos falando de mais de R\$ 700 milhões. Então, estamos alocando praticamente 70% a 75% do ganho esperado de receita nessas rubricas.

Em linhas gerais, são os números que eu queria mostrar. Um último gráfico: nós estamos chegando com R\$ 12,9 bi de educação; R\$ 12,3 de previdência, que vem com um forte propósito de ser a maior despesa do Município, já passando a Saúde. Estamos ainda com 6,5 de encargos especiais. Essa é outra linha que chama atenção: encargos estão crescendo porque temos uma Emenda Constitucional que determina pagar os estoques de precatórios do Município até 2024.

Se a Constituição determina nós vamos atrás de cumprir o que é determinado. Nós temos um plano de pagamento de precatórios, então todo ano temos que pagar mais precatórios do que pagamos no passado. E também é justo. São 70%, 75% dos precatórios são de natureza elementar, são servidores públicos que tiveram algum tipo de problema no passado e estão esperando na fila para receber. É justo que recebam. E as demais áreas: urbanismo, transporte, assistência social, habitação, cultura.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE – A Cultura está aqui: 665. Agora, compare com a previdência onde nós temos 12,3 bilhões.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE – Assistência Social 1,4.

Esta é a cara do orçamento hoje na Cidade. A maior parte são despesas obrigatórias. Pode passar o próximo.

Aqui é a pizza de divisão no orçamento proposto.

Creio que com isso encerro a apresentação.

Fiz questão de mostrar com um pouco mais de detalhes os dilemas que a gente enfrenta e a angústia de fechar um orçamento que tem necessidades muito importantes de um lado e despesas obrigatórias de outro; restrição do lado da receita, ainda que essas receitas estejam crescendo de forma até bastante satisfatória, eu acho.

Mas claro que essa é a primeira proposta que nós enviamos à Câmara com a ideia de que seja debatida e discutida, para chegarmos a um orçamento cada vez mais próximo do que anseia a sociedade.

Alguns orçamentos foram reduzidos, por conta dessa dinâmica. O da Secretaria da Fazenda, por exemplo, foi reduzido, assim como o da Câmara Municipal, outras áreas também tiveram redução para acomodar a estabilidade de áreas importantes, como a assistência social e o crescimento de áreas grandes como a previdência, saúde e educação.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Anuncio a presença do Líder do PT, o Vereador Antonio Donato, também dos Vereadores Ricardo Nunes, Atílio Francisco, Ota, e convido todos para virem compor a Mesa.

Fabio, eu não entendi, alguns não se inscreveram? O que foi? (Pausa.)

Eu queria fazer uma consulta rápida aos nobres Vereadores, permitem ouvir pelo menos uma parte dos...? (Pausa.)

Nós não conseguimos identificar as entidades, a representatividade. Por favor, peço que cada um se identifique por completo, nome, a quem representa e o que representa.

O primeiro é o Sr. Fabio Siqueira. Gostaria de informa-lo que teremos audiências temáticas, não precisa falar tudo hoje.

O SR. FABIO SIQUEIRA - Bom dia queridos munícipes de São Paulo, Sr. Secretário de Finanças, Srs. Vereadores.

Meu nome é Fabio Siqueira, acompanho há décadas o orçamento da nossa

municipalidade. Infelizmente, recebo este orçamento, o PL 636, como muito pesar, embora foi apresentado aqui, por exemplo, nós lembramos que a nossa Constituição cidadã, que acabou de fazer 30 anos, no dia 5, determina que habitação é um direito social, em seu artigo 6º, portanto não pode ir para a quarta divisão. Habitação tem de ser prioridade absoluta ao lado das outras prioridades como saúde, educação e tantas outras.

Sobre moradia, tivemos uma tragédia, no dia 1º de maio, na cidade de São Paulo, no Largo do Paissandu, quando morreram algumas pessoas e tantas outras tiveram as suas vidas modificadas, porque o Estado não faz a sua parte, seja a União, o Governo Estadual ou o Município, não fazem a sua parte na área financeira, na fiscalização, não cumprem as leis. Infelizmente é uma crise muito mais aguda do que se pode perceber nesta República Federativa do Brasil.

Tomara que os resultados, do último dia 7 de outubro, nas urnas, mostrem um novo caminho para o Brasil, que seja o de maior respeito ao povo e à questão orçamentária, o cumprimento do que é aprovado aqui a cada ano, de não aceitação.

Por exemplo, todos aqui conhecem a Capela do Socorro, o Grajaú, a Cidade Dutra. É uma região rica, onde milionários moram e barões financeiros e banqueiros habitam? Não. Uma região como o Grajaú, bairro bastante carente onde residem 400 mil pessoas, mas a gente lê no orçamento que foi aprovado no ano passado que a Capela do Socorro foi aquinhoadada com 56,7 milhões de reais e qual a nossa surpresa para o orçamento de 2019: 36.345, ou seja, 20 milhões desapareceram da região da Capela do Socorro, Cidade Dutra e Grajaú. É para ficar feliz com um orçamento desses? É para dar loas aos governantes com relação a isso?

Encerro por aqui solicitando reuniões também nos territórios para discutir melhor este orçamento. Clamo aos Vereadores para melhorarem a Peça Orçamentária que o péssimo Prefeito Bruno Covas entregou, no último dia 30.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Pirata.

O SR. PIRATA - Contra o estupro, contra a violência da mulher, contra o genocídio da juventude pobre, preta e periférica #elenunca, porque a gente tem de ir pela democracia. O que está em risco no País agora é meio triste, então #elenunca. Certo? Só para a gente não se esquecer disso, porque essa política desse cara está refletida no orçamento de São Paulo. A gente acha que não, mas está.

Segurança pública aumentou o orçamento, direitos humanos o mesmo orçamento há dois anos. Área da cultura temos uma péssima gestão, o pior secretário de cultura, ele não tem capacidade de gestar a cultura. A sua incapacidade faz o quê? Um orçamento de dois anos, desde a época do Haddad nunca é executado, nunca é efetivado, há dois anos o orçamento que brigamos aqui, discutimos prá caramba, o Megale não dá conta. Acho que este Governo desrespeita a gente, por que cadê os outros agentes? Porque orçamento público não é esses detalhes, orçamento público é iniciativa política, é aonde você quer investir. Isso é orçamento público o restante é tudo “caô”.

Deixa eu só voltar aqui. O secretário não investe e o que aconteceu? O investimento da cultura caiu 50 milhões. Não é efetivado e caiu o dinheiro! E aí o incompetente vem aqui falar uma pá de besteira e uma pá de Vereador vai defender o incompetente. Pior, a minha área, o *hip hop* o incompetente além de corromper algumas pessoas do movimento, fazendo esquema, criando uma secretaria não sei do quê, que não tem política pública, as políticas públicas que estão no LOAS, por quatro anos, nenhuma foi efetivada.

A política para o sistema do *hip hop* é para a periferia. O *hip hop* é um detalhe para artistas da periferia, é para chegar ao cidadão o orçamento público. Orçamento público não é lucro, não é um banco. O Megale fala umas paradas para a gente, mas não fala o dinheiro que vai para os bancos. Porque tudo o que ele falou aqui e que está onerando a Cidade, está onerando a Cidade que nós participamos com o nosso dinheiro para seres humanos. Isso onera. Qual o problema disso? Não tem de ter lucro.

Outra: por que a gente tem de defender empresários sendo que quem investe a grana somos nós? Por que temos investimentos de quem para quem, parça? Se o empresário é bom, coloca a mercadoria dele na rua e vai investir. Agora, transporte público eu pergunto, já faz uma cota, ninguém responde. Qual é o valor do negócio transporte público em São Paulo? Porque ficam falando que não podem dar transporte público para idoso, para pessoas da escola, é um absurdo a gente ouvir isso!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Para concluir.

O SR. PIRATA - Já vou concluir.

Vereadores, qual é o valor do negócio transporte público na cidade de São Paulo? Essa resposta nunca foi dada a ninguém.

Obrigado. #elenunca. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Alessandro Azevedo.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO - Bom dia a todos e a todas. Sou Alessandro Azevedo, da Frente Única da Cultura.

Presidente, eu gostaria de saber se no calendário das audiências haveria a possibilidade de mudar para outra data a audiência temática da cultura, marcada para o dia 24. Estamos às vésperas das eleições e a classe artística está mobilizada e tem interesse em acompanhar a disputa. Pergunto se há possibilidade de mudança.

O Secretário Caio Megale apresenta, ou melhor, esta gestão tem apresentado a previdência como o demônio do orçamento, como uma coisa que vem onerando o orçamento. Na verdade, a previdência é um direito que está aí há muitos anos, mas só agora, nesta gestão, começa a aparecer como impactante em relação às outras áreas, porque não tem orçamento para outras áreas.

Desde que esta gestão assumiu, o gráfico da cultura tem sido de decadência, está descendo sempre. No ano de 2017 foi assim, em 2018 também, agora, para 2019, temos uma perda de 86 milhões. Eu queria saber por que a cultura foi escolhida, uma das escolhidas, para

esse corte? Mas não é executada. Isso é impressionante, porque a gente faz um corre na Câmara, com os Parlamentares, aumenta o orçamento, é aprovado, mas o Executivo não executa. O nome é apenas figurativo: Executivo que não executa.

O orçamento da cultura vem caindo e eu gostaria de saber, do Caio Megale, por que a cultura foi escolhida para o corte? Seria por conta do secretário que não representa a pasta e persegue os grupos, persegue a área? É uma vingança do próprio secretário que não representa a cultura? Eu gostaria de ouvir do Caio Megale qual é a resposta para a decadência da área da cultura.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Jesus dos Santos.

O SR. JESUS DOS SANTOS - Bom dia a todas e todos. Meu nome é Jesus dos Santos. Bom dia à galera que planejou ou que continuará planejando o orçamento da Cidade.

Quero lembrar, Caio Megale, e qualificar o que você trouxe na sua apresentação, a crise política na qual nós vivemos hoje, é inclusive implantada e compactuada com o partido ao qual você hoje dialoga e faz parte da gestão pública, que colocou a PEC do teto dos gastos, e que influencia diretamente no processo de desenvolvimento das cidades, entendendo isso aliado ao que foi feito, inclusive, nos dois primeiros anos de gestão da Cidade. Haja vista que no orçamento da Cidade, como bem foi dito aqui, a arrecadação tem crescido e as despesas, de modo geral, têm diminuído.

Nesse sentido, quando se observa, nas discussões aqui, secretarias e meios aos quais a gestão tem total controle da grana, e que não se aplica diretamente em políticas públicas, vêm crescendo. Secretarias que dialogam diretamente com o processo de desenvolvimento das periferias e dos locais de vulnerabilidade e de risco social diminuem. A Secretaria de Cultura é um exemplo dela, para não dizer aqui que a Secretaria de Direitos Humanos também tem tido, a cada dia que passa, um decréscimo em sua política.

Nesse sentido, é válido lembrar, e aqui já foi dito, que a peça orçamentária é – para

além de qualquer outra coisa – uma peça política. E, aí, a pergunta é a seguinte: diante das discussões a Cidade tem dito que o pior serviço oferecido pela Prefeitura é o de zeladoria. A zeladoria da Cidade tem altos índices de rejeição nesta atual Gestão. E na discussão da LDO, aqui feita, foi inclusive dialogado e discutido que haveria um percentual, se não me engano, de 10 a 20% de acréscimo. Na região onde moro, Vila Maria/Vila Guilherme/Vila Medeiros, inclusive já convidamos o Presidente da Comissão de Finanças para nos visitar e, infelizmente, ele só nos mandou uma cartinha avisando que não ia, mas outros vereadores apareceram e Tatto, o senhor continua convocado para discutirmos a nossa região. Pois bem, a minha região teve um orçamento, para 2019, de 32 milhões. Não temos, sequer, dinheiro para a equipe de zeladoria e agora me aparece um orçamento de 27 milhões! O que vocês querem? Vocês querem acabar com a Cidade? Vocês querem colocar a culpa sempre no cidadão, sempre no munícipe, no que tange ao lixo que está na rua, porque não tem Cata Bagulho, porque não tem calçada feita? O que realmente podemos fazer a partir de uma discussão em que a Prefeitura está participando, que é a do Fórum de Gestão Compartilhada? E já que não existe uma CEPOP em que a população possa participar, a partir disto aqui é que realmente construímos um espaço onde o Poder Público e a sociedade civil possam construir o orçamento e as políticas desejadas, porque o que está sendo apresentado aqui, me parece, corresponde apenas aos interesses do empresariado da Cidade.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Robson Mendonça. (Pausa)

Tem a palavra o Sr. José Luís Adeve.

O SR. JOSÉ LUÍS ADEVE – Represento o colegiado do plano de desenvolvimento de bairro do Jardim Lapenna.

Cumprimento os nobres Vereadores presentes e o Sr. Secretário da Fazenda, Caio Megale, que conhece o plano de bairro do Jardim Lapenna.

Primeiro faço um adendo, que a Várzea do Tietê sofre muito com os problemas de infraestrutura urbana. Ao olharmos o orçamento, no caso do plano de bairro do Jardim Lapenna, fazemos parte de um colegiado com lideranças comunitárias e outras instituições. A nossa comunidade tem 12 mil pessoas. Para facilitar o orçamento da União, acreditamos muito que se organizarmos as microdemandas urbanísticas de cada bairro, teremos um investimento público territorializado na perspectiva de um orçamento também territorializado. E nada melhor que a transparência que advém dessa dinâmica, dessa pororoca – no bom sentido -, entre investimento territorializado e orçamento e dados em que se identifica para onde está indo o dinheiro do Município.

No ano passado, Secretário, o senhor esteve aqui e, na oportunidade, estávamos aqui com várias pessoas da comunidade do Jardim Lapenna e apresentamos a reivindicação de colocar na LOA de 2019, uma alínea voltada para plano de desenvolvimento de bairros. Ou seja, uma alínea voltada para que as comunidades participem do processo de planejamento de seus territórios e que exista no orçamento. Infelizmente, tecnicamente, depois de um pedido do ex-Secretário Paulo Uebel, para inserção dessa alínea, a Secretaria da Fazenda nos respondeu que, naquele momento, era tecnicamente inviável.

Então, estou aqui em nome daqueles que defendem um planejamento urbano participativo para que na próxima LOA possamos ter essa alínea voltada para o plano de desenvolvimento de bairros. Acho que é algo interessante para a Cidade.

E, por último, entregamos, aqui, para o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, um pedido para que a Comissão requeira, à Câmara Municipal, uma audiência pública, a ser realizada em um local na Várzea do Tietê, para que haja a apresentação da matriz de três planos de bairro da Cidade, para que os vereadores tenham ciência desse processo e possam dirigir, inclusive, as suas emendas parlamentares para planos que estão devidamente organizados e planejados, neste momento em que a democracia é ameaçada, com a participação das comunidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado.

O Sr. Robson está de volta.

O SR. ROBSON MENDONÇA – Bom dia a todos e a todas.

Sou Robson Mendonça, do Movimento Estadual das Populações em Situação de Rua.

Eu acho superimportante debater sobre a questão orçamentária, apesar de debatermos, debatermos e debatermos e, às vezes, nem sempre sair como gostaríamos. Isso porque a manipulação governamental é muito grande nessas questões.

Mas é necessário que os Srs. Vereadores desta Casa se empenhem para que, realmente, aquilo que a comunidade precisa e reivindica nesse microfone, seja, de fato, cumprido pelo Executivo.

Ouvimos falar muito sobre déficit de caixa, na Prefeitura, mas, às vezes, esse déficit de caixa não é exposto com total transparência. Até onde sei, o gestor anterior usou dinheiro do cofre público para o *marketing* de Cidade Linda. Quando ele saía fantasiado de gari, tinha de pagar salários a mais para os funcionários que o acompanhavam – seguranças e outros mais. Isso é gasto público. É o nosso dinheiro que está sendo usado para esse *marketing*.

Claro, como ele sabia que não ia continuar como Prefeito, porque é um homem sem palavra e ia concorrer ao Governo, gastou o dinheiro como bem entendeu.

Então, precisamos de total transparência, principalmente quanto ao orçamento. Essa transparência que é mostrada, às vezes, nos gráficos, eu, por exemplo, não entendo, preciso estudar muito para entender. Fica difícil. Não sou técnico dessa área e eu acredito que a maioria também não o seja.

Então, isso precisava ser mais esmiuçado para que pudéssemos entender, porque na questão de orçamento para população de rua, vemos algo genérico. E essa questão genérica só faz com que aumente a população em situação de rua e que não haja uma política

pública eficaz para essa questão. E isso também acontece com a Cultura, porque tudo depende da Cultura. Segurança pública não é colocar polícia na rua. Segurança pública é o lixo, é a luz, é a calçada, é o asfalto. Tudo isso é segurança pública, porque temos policiais truculentos – e não quero generalizar. Temos policiais matando jovens, aí, na periferia. Então, segurança não é isso. Segurança é tratar o cidadão com respeito e dignidade, com qualidade de vida, cultura e educação.

Portanto, o principal orçamento tem de estar voltado para educação e cultura e inclusão social.

Era isso. Muito obrigado. (Palmas)

- Assume a presidência a Sra. Soninha Francine.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tem a palavra a Sra. Prudência Martins.

A SRA. PRUDÊNCIA MARTINS – Bom dia a todos.

Meu nome é Prudência, moro em São Mateus há 52 anos e desde 1975 eu sou voluntária na luta pela saúde. Quando eu fiz 60 anos, eu mudei para a luta pela saúde do idoso, porque eu tinha me tornado idosa. Aí, ouvimos falar que o idoso não trabalha, não paga ônibus, não paga isso, não paga aquilo. Por que isso? Porque nós já trabalhamos uns 60 anos. Eu trabalhei 50 anos. Eu, com 60 anos, já tinha trabalhado 50. Na minha vida inteira eu trabalhei na minha casa, cuidando da minha família, cuidando dos meus filhos. Quando eu era pequena, eu ajudei os meus pais a criarem os meus irmãos, que eram muitos. E sempre fui voluntária. Nunca recebi um salário. Pelo contrário. Para receber um salário agora, porque hoje eu recebo só um salário, eu trabalhei de diarista para pagar o meu INSS. E não somos respeitados! Não somos respeitados no ônibus, não somos respeitados, às vezes, por pessoas políticas. E aí fazem leis que não nos ajudam.

Hoje, eu sou do Conselho Municipal do Idoso. Fiquei por quatro anos, saí por dois e agora estou voltando. E estamos lutando. Queremos PAI (Programa de Atenção ao Idoso) na cidade de São Paulo; URSI (Unidade de Referência à Saúde do Idoso) na cidade de São Paulo; Centro Dia na cidade de São Paulo, e tudo para cada subprefeitura. São 32 subprefeituras. Queremos isso para nós, porque nós merecemos. Nós já trabalhamos a nossa vida inteira e agora que já estamos idosos e ganhando um pequenininho salário – e, às vezes, têm idosos que nem salário tem – as autoridades não olham para nós. Aumentam o salário delas e diminuem o nosso. Não nos conformamos com isso.

Eu ouvi os senhores falarem que não se discute muito a Educação. Eu acho isso supererrado. Como não? Como não? E os professores? Qual o salário dos professores? Será que os professores também não merecem respeito?

Precisamos brigar muito por saúde, habitação, esporte, lazer e há muitas secretarias por aí que não têm como usufruirmos.

Trabalhamos por 50 anos e não temos os nossos direitos respeitados. Por isso estou aqui, hoje, reivindicando que vocês, autoridades, se lembrem de nós, idosos, na cidade de São Paulo.

Obrigada. (Palmas)

O SR. CAIO MEGALE – Eu vou responder depois, em bloco, mas só para esclarecer um ponto. Quando eu falei que a Educação não se discute muito, é o acréscimo do orçamento da Educação que não se discute. A Educação tem um orçamento grande, mas ele tem de crescer necessariamente por causa dos mínimos constitucionais e também pela importância dos professores e do tema. Então não se discute o aumento do orçamento para a Educação que este ano está em torno de 7, 8%, o que representa mais de 1 bilhão de reais.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – A oitava inscrita, Sra. Lorraine Margareth.

A SRA. LORRAINE MARGARETH – Sou aqui do Centro. Sou também do Grande Conselho Municipal do Idoso. Estou nervosa, mas vou tentar falar. A Nilda está aqui, não posso deixar de falar sobre o esporte porque senão ela vai pegar no meu pé. Então não se esqueçam do lazer e cultura para os idosos sempre.

Agora, as despesas com o idoso são obrigatórias. São ligadas a convênios, então não vejo como isso pode diminuir, tem de aumentar porque proporcionalmente somos 1,7 milhão idosos só em São Paulo e esse número é crescente. Então é uma questão de política pública e também seguir aumentando os valores para nós.

Vemos com muita preocupação essa história de diminuir 20% dos valores na Assistência Social, porque pelos números que foram apresentados aqui hoje a tendência é melhorar, não é piorar.

E tenho de me lembrar de pequenas coisas como alimentação sobre rodas que atende 180 idosos, a maioria com alzheimer e que não consegue se alimentar. Então vão até a casa deles cinco dias por semana e deixam a comida. E tem que aumentar.

E a partir dessa alimentação sobre rodas inspirada em Londres foi criado o PAI, que é uma assistência ao idoso em domicílio, entretanto, só pode atender 120 idosos em cada UBS. E são pouquíssimas UBSs que tem PAI.

Então a partir da ampliação dos centros dia também consequentemente deverá haver uma ampliação dos institutos de longa permanência. Por isso não tem como diminuir 20% em qualquer das ações a favor dos idosos. Vocês têm de ampliar e não diminuir. Espero que isso não aconteça porque é o que estão falando, diminuir e eliminar esses serviços como esse de alimentação sobre rodas.

Muito obrigada.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vou suspender por dois minutos a audiência para abrir a reunião ordinária. Acho que tenho a prerrogativa já de desconvocar, mas como temos quórum sou obrigado a abrir.

- Manifestação fora do microfone.

Está suspensa a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a presença dos Vereadores Atílio Francisco, Soninha Francine, Ota, Ricardo Nunes e deste Vereador, há número legal. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declaro abertos os trabalhos da 16ª reunião ordinária de 2018.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br, no link Auditórios On-Line.

Proponho adiar todos os itens da pauta. Os Vereadores que concordarem permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado. Nada mais a tratar está encerrada nossa reunião ordinária.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Voltamos à audiência pública. Registro a presença do Vereador Reginaldo Tripoli.

Secretário, tenho três indagações. Vou fazer uma indagação e depois os Srs. Vereadores de maneira rápida e objetiva podem se inscrever para alguma pergunta ou observação.

Secretário, em 2018, a lei orçamentária previa, na parte de receitas, 200 milhões com concessões. Para 2019 não há previsão desse recurso, isso significa que o plano de concessão do Pacaembu, da bilhetagem do sistema de transporte público, dos mercados,

parques e cemitérios foram abandonados?

Essa é uma indagação que queria fazer ao Secretário, posteriormente abro a palavra aos Srs. Vereadores e peço ao Secretário que responda ao público nesta primeira rodada.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. CAIO MEGALE – Obrigado, Presidente. Todos os que fizeram os comentários e sugestões, anotamos todas aqui e espero que os Vereadores também tenham anotado.

As discussões começam agora. Cada intervenção solicitou um pouco mais de recursos para diferentes áreas. O grande desafio, haja vista que já temos um crescimento bastante expressivo de receitas, é esse remanejamento. Então fica aí o desafio aos Vereadores, sem obviamente mexer nas despesas obrigatórias, acomodar todas as demandas.

Foi comentada no início a habitação, tema importante. O investimento em habitação há anos era cerca de 1 bilhão de reais, hoje está em torno de 400 milhões de reais. Caiu a menos da metade em termos nominais, ou seja, em termos reais corrigidos pela inflação a queda é maior ainda, assim como todo investimento na Cidade.

Então a questão da Habitação, do investimento na Cidade, precisa ser pensada à luz do crescimento das despesas correntes. Não tem muita alternativa. O bolo vai crescendo, mas se tem um pedaço do bolo que cresce muito mais rápido do que o outro, esse outro vai ter de se acomodar. Infelizmente na última década quem se acomodou foi o investimento, o desafio para frente, Habitação entre eles.

Dito isso, na questão da Habitação, se o orçamento correr como esperamos, teremos uma liquidação maior do que tivemos em 2017. Especialmente porque temos uma operação de crédito já concretizada com a Habitação de 200 milhões de reais. Uma parte – 100 milhões – já entrou, não foi gasto ainda porque entrou no final do ano, então fica para completar o orçamento do ano que vem e 100 milhões para entrar em 2019.

Então a Habitação sofre com o crescimento das despesas correntes. O reequilíbrio para um investimento de fato bom em Habitação só com o reequilíbrio geral do orçamento, mas estamos lutando e conseguindo alternativas com alguns repasses federais e com essa operação de crédito com muito sucesso. E que se deve ao nosso importante trabalho de colocar essa operação de pé, juntar toda a documentação, fazer um processo limpo, aberto e transparente de licitação para uma operação de crédito.

E também se deve ao esforço da gestão anterior de reduzir o endividamento como um todo, renegociar a dívida com a União que nos permitiu o espaço para a operação de crédito. Sempre que posso olho na gestão agregada da Fazenda, tanto o que fizemos recentemente como o que foi feito mais atrás, cujos frutos colhemos agora.

Uma pergunta sobre a Cultura. Por que a Cultura cai em termos orçamentários, não em termos de execução. A execução da Cultura está melhorando, este ano vai executar mais do que no ano passado que executou mais do que no ano anterior. Estamos com crescimento de execução na Cultura. Se olharem atentamente vão perceber isso, mas por que cai o orçamento da Cultura, da Fazenda, da Habitação, das Prefeituras Regionais?

Porque grandes orçamentos crescem e para fechar a matemática se temos grandes orçamentos que crescem, e mostrei quatro: Saúde, Educação, subsídio ao Transporte Público e Previdência que cresceu do ano passado para este, duas vezes a Cultura, preciso acomodar isso. Essa despesa é obrigatória. Pago antes de qualquer outra coisa. É justo, razoável e está na lei. Então se esses grandes crescem mais do que a receita os outros todos se acomodam. O Verde e Esportes estão reduzindo, ou seja, não é só a Cultura. São vários outros orçamentos que estão saindo da frente para o crescimento daqueles itens que mostrei na minha apresentação.

Zeladoria foi comentada. Vai na mesma direção, embora a execução de Zeladoria este ano também está significativamente maior do que no ano passado. Na questão de Zeladoria em particular um problema que vai para além do financeiro é a questão das atas e

licitações para contratação de equipes. Mas isso também está sendo discutido e ajustado com o Tribunal de Contas.

E o orçamento para Zeladoria foi incrementado não só com receitas correntes, em 2018, e para o ano que vem também, mas também com o uso dos recursos do Fundo de Multas. Este ano já fizemos isso. Em 2019 vamos fazer também, que é usar 10 milhões de reais por mês do Fundo de Multas para o tapa-buraco, porque é permitido o Fundo de Multa para recuperação de vias. Então se eu uso o recurso de multa para tapa-buraco, eu libero o recurso de tapa-buraco das prefeituras regionais para outras atividades de zeladoria. E fizemos isso em 2018 e vamos fazer também em 2019.

A questão do idoso também é absolutamente crucial, importante. Uma parte do aumento do subsídio ao Transporte Público aconteceu por causa da redução de 65 para 60 anos. Isso também não está em discussão. Não se discutiu na gestão passada e não se discute nessa gestão, mas isso tem uma implicação orçamentária. São escolhas. E essa implicação orçamentária de maior despesa para esse lado acomoda despesas menores para outro.

O SR. RICARDO NUNES – Caio, só colaborando, agora efetivamente tem o dinheiro do Fundo do Idoso. Está no orçamento e até agora não tínhamos. Só para contribuir.

O SR. CAIO MEGALE – Isso. Finalmente isso está de pé. Um comentário aqui da Cultura. Quanto à Educação, eu já mencionei, aqui, também, da importância.

Na última questão foi mencionada a PEC dos gastos. Não é tema para nós, aqui, a PEC dos gastos, mas, muitas vezes, as pessoas a entendem assim: como se houvesse um montão de dinheiro ali e o governo decidiu colocar um limite para que não seja acessado esse dinheiro. Na verdade, esse dinheiro não existe. A PEC só diz o seguinte: “Você não pode crescer os gastos tanto a mais do que crescem as receitas, para não desequilibrar ainda mais o orçamento público.” Não vou fazer uma defesa, aqui. Só estou fazendo um breve comentário.

O último ponto é sobre a sua pergunta, Sr. Presidente. Não, de forma nenhuma. Eu

acho que é absolutamente fundamental que o processo de desestatização e parcerias avance. Há algumas áreas da Cidade que são importantes à manutenção. São caras à manutenção, mas não nos parece que seja crucial que o setor público faça esse trabalho – e o Pacaembu é um caso. A gestão do Pacaembu pode ser privada. Pode ser feita por um clube de futebol. Pode ser feita por um consórcio, liberando recursos para outras áreas da Cidade.

Nós colocamos na proposta do ano passado para o Orçamento deste ano um bilhão de reais para desestatização e parcerias, em termos gerais, para aquele nosso fundo de desenvolvimento. Como a maioria – na verdade, a totalidade, por enquanto – dos projetos esbarrou ou ainda não venceu questões legislativas, legais ou administrativas, nós empurramos essa perspectiva de receita para o ano que vem, mas ela se mantém. Ela está lá e eu acho absolutamente crucial que o Município foque os esforços nos temas que apareceram aqui – e menos na gestão de um estádio de futebol ou de um autódromo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Vereador Antonio Donato?

O SR. CAIO MEGALE – Outro ponto: ou do próprio Anhembi. A SPTuris demanda um aporte de capital em torno de 30 a 40 milhões de reais, quase, por semestre, do Tesouro. Então, é algo a se discutir também. Faz sentido esse aporte de capital constante à empresa e não destinar a outras áreas? Eu acho que essa é uma discussão que também tem de ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Também não consta. A venda do Anhembi também não consta na previsão.

O SR. CAIO MEGALE – Não, de novo: nós colocamos um bilhão de reais para todos esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quinhentos milhões.

O SR. CAIO MEGALE – Não denominamos um a um, mas colocamos lá, na perspectiva de fundo de desestatização. Os que forem saindo primeiro vão preenchendo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas, não foi abandonada a ideia de venda do complexo?

O SR. CAIO MEGALE – De jeito nenhum. De novo: são quase 50 milhões de reais, por semestre, dos cofres públicos, para manter a estrutura. Cabe ao Executivo, ao Legislativo, ao TCM e à sociedade discutir se isso é uma despesa eficiente do setor público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Antonio Donato?

O SR. ANTONIO DONATO – Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Sr. Secretário. Vou ser bem objetivo, aqui. Falando do Orçamento deste ano, há uma projeção de arrecadação de 713 milhões até o fim deste ano na rubrica da receita relativa à alienação de bens. Qual patrimônio se imagina ser vendido até o fim do ano? Segunda questão...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANTONIO DONATO – De 2018. Na página 82 do volume I da Peça Orçamentária está a previsão de realização de receitas deste ano e há essa previsão.

Em agosto alcançamos o recorde histórico de um caixa de nove bilhões e 900. O senhor poderia explicar o porquê desse caixa tão alto e da dificuldade de a Prefeitura investir, já que se imagina não chegar nem a dois bilhões de investimento até o fim do ano? Pelas projeções, têm-se executados, até agora, 1,3 bilhões.

Sobre os CEUs: foi anunciada a retomada das obras dos CEUs alguns dias atrás e foram destinados, neste ano, 60 milhões – bastante insuficiente para concluí-las. Para o ano que vem, há uma dotação simbólica de mil reais para cada CEU. Então, como se anuncia a retomada das obras e isso não está presente no Orçamento do ano que vem?

A Câmara já autorizou a Prefeitura a contratar mais de dois bilhões em operações de crédito – algumas já há bastante tempo. Porém, até agora, a Administração só conseguiu contratar 300 milhões. Para o ano que vem, a previsão é de 567 milhões em empréstimos e não há previsão para o Programa Asfalto Novo e os programas da área de Educação já autorizados por esta Casa. Qual é a situação desses projetos, dessas operações de crédito?

Houve uma mudança contábil no Orçamento das estatais, que, no ano passado, era de 5,3 bilhões e agora passou para 11,2 bilhões, basicamente devido a se incorporar no

Orçamento da SPTrans a receita do sistema do transporte coletivo, de 5,2 bilhões. Eu quero entender o porquê dessa mudança contábil.

Indo para a questão da tarifa, o senhor falou de aproximar os 2,9 bilhões de subsídios ao seu número real. Entretanto, nós já gastamos, até setembro, 2,8 bilhões, neste ano – e devemos chegar a 3,3 bilhões. Considerando essa receita estimada de 5,2 bilhões de arrecadação, temos um déficit, aí, de 3,3 bilhões. Se o subsídio for de 2,9 bilhões e esse for o número real, temos uma diferença de cerca de 400 milhões. Eu tenho uma conta simples que se faz aí: a cada dez centavos na tarifa, são 150 milhões de reais. São um bilhão e meio de passageiros pagantes, por ano. Isso significa um aumento da tarifa de 30 centavos. É isso que se está esperando e é isso que está embutido como expectativa na Proposta Orçamentária?

São essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereadora Soninha Francine? Ou voltamos?

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, eu poderia, se me permitir, só complementar a pergunta do Vereador Antonio Donato, do Transporte?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – O Vereador Antonio Donato é muito técnico, mas se eu puder só acrescentar, Sr. Caio, à pergunta do Vereador Antonio Donato com relação ao Transporte, nós ficamos com 300 milhões sem pagar, de subsídios, em 2016, e estamos pagando neste ano. Eu quero saber se, neste ano, nós pagamos os 300 milhões que não foram pagos em 2016, se está dentro desse custo e se há alguma coisa, ainda, que vai sobrar para o ano que vem, de resquícios passados. Era só para complementar a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos voltar a ouvi-los. Sr. Rudi Pompeu? Então, vamos lá. O Secretário pede para responder, aqui. Inclusive, os Vereadores têm reunião. Não, da Mesa, não. Não é?

O SR. ANTONIO DONATO – As questões específicas de despesa, só para

explicar, eu vou fazer nas audiências específicas, de Cultura, Assistência Social e tal.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, vamos lá, Sr. Secretário.

O SR. CAIO MEGALE – Eu vou responder a algumas, aqui. Aí, eu chamei a Sra. Lucilene o Sr. Otávio, para ajudar, aqui, nos temas, em alguns detalhes. Porém, vamos lá.

Deixem-me começar com a última. O Vereador Ricardo Nunes já falou. É isso. Neste ano, estamos liquidando 300 milhões de reais que ficaram, de 2016. Em 2016, o subsídio atingiu 2,9, mas a Prefeitura parou de pagar quando chegou em 2,5 – 2,500 e alguma coisinha. Então, faltaram, de 2016, 300. Nós chegamos e o caixa estava muito baixo naquele momento. Tivemos de renegociar essa conversa e jogamos essa dívida de 2016 para 2018. Em 2018, nós estamos pagando 30 milhões de reais, por mês, da dívida de 2016. Então, isso incrementa aos 2,9. Dá 300 e alguma coisinha. Tirando isso, devemos chegar mais perto, aí, dos 2,9, neste ano, também, e é essa a nossa expectativa para o ano que vem.

Há esforços do lado da Secretaria de Transportes de continuar reduzindo as fraudes no sistema. Eu acho que isso eles vão ter feito. Há esforços na redução de custos, de forma geral, e a inflação é relativamente baixa, de forma que os custos do sistema em geral não devem subir tanto para frente. Então, achamos que, com 2,9, com alguns esforços, conseguimos ficar perto sem entrar na discussão de tarifas – pelo menos, por enquanto.

CEUs: nós retomamos as obras. Fizemos um replanejamento financeiro. De fato, ainda não fizemos constar nos orçamentos, para 2020 e adiante, a continuidade das retomadas, mas já colocamos recursos para o ano que vem e boa parte dos recursos dos CEUs que vão ser usados no ano que vem são receitas deste ano. É por isso que não aparece no fluxo. É porque, como o Orçamento é fluxo, colocamos receitas que vão entrar para CEUs em torno dos 60 milhões de reais. Porém, nós devemos ter uma sobra de caixa deste ano, porque as obras recomeçam agora, mas não vai dar para liquidar tudo neste ano. Continuamos no ano que vem.

Há um recurso adicional, que é o recurso do Parque Augusta, que também não

entra no Orçamento porque é um recurso lá de trás. Está em caixa. Com o acordo do Parque Augusta, esse recurso pode definitivamente ir para a área de Educação – e boa parte dele vai para os CEUs.

Então, nós temos três fontes aí: certa sobra de caixa, que nós estamos planejando, deste ano; mais a arrecadação do ano que vem, mais receitas do ano que vem; e mais esse recurso do Sr. Maluf. Com tudo junto, deve chegar a aproximadamente 100 ou 110 milhões de reais para todos os CEUs.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE – Não, para acabar tudo, sim. Não, a perspectiva é que demore um pouco mais de tempo para acabarmos. Vamos fazer um pouco neste ano, um pouco mais em 2019 e o restante lá para 2020. Nós vamos “orçamentalizar” um pouco mais para frente. Nesse ponto, tem razão.

Operações de crédito: há algumas, aqui, em andamento. É como eu falei. Duas já foram: a da Habitação, de 200 milhões, e a do asfalto. Para o Programa Asfalto Novo são 30 milhões e esse também já entrou. Já está em caixa e isso está dependendo da execução das obras. Então, eles não entram mais no Orçamento. Aconteceram no...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE – Então, entraram essas duas. Agora, a outra, que é com o BNDES, aí não é bem Asfalto Novo, porque o BNDES não financia diretamente a operação de recapeamento. É a revitalização completa de uma via pública, envolvendo calçadas, envolvendo um projeto maior. Esse deve ficar um pouco mais para frente. Nós estamos refazendo o projeto com o BNDES. Eu acho difícil, dado o trâmite completo e dada a mudança de Governo também, que esse projeto consiga ficar de pé, para desembolso a partir de 2019. Vai acontecer. A Câmara deu autorização. Nós vamos fazer, mas eu acho que esse deve demorar um pouquinho mais.

Saúde: são cem milhões de dólares, com o BID. Esse está bem avançado. Nós

começamos no primeiro semestre do ano passado, mas os trâmites, especialmente em uma contratação de crédito externo, demoram mesmo a acontecer, demoram a fluir. São várias instâncias, tanto no BID, quanto na STN, no Governo Federal e na Prefeitura, também. Com relação a essa, nós estamos, ali, na boca do gol. O contrato deve ser assinado agora. Já negociamos o contrato com o BID e com a STN, Secretaria do Tesouro Nacional. Está pendente assinar definitivamente o contrato. Há alguns numerozinhos, lá, que a STN tem de liberar e, depois, há a aprovação no Senado Federal, que também esperamos que aconteça ainda neste ano. Fechando tudo isso, a partir de dezembro já estamos liberados para desembolso. Os desembolsos devem acontecer mais no ano que vem.

Foi mencionado, também, que o Orçamento da Segurança Urbana cresceu. O que cresceu do Orçamento da Segurança Urbana foi fundamentalmente uma operação de crédito potencial, também com o BNDES. Essa foi naquele momento mais agudo da crise no Rio de Janeiro. O Governo Federal prometeu linhas de crédito do BNDES para os municípios. Essas linhas de crédito ainda não se concretizaram, mas nós estamos no trâmite burocrático.

Então nós colocamos, para o ano que vem, na área de Segurança Urbana, essa perspectiva de operação de crédito, que foi aprovada mais recentemente aqui na Câmara. Foi aprovada, acho, no mês passado. Não foi naquele primeiro pacote, foi no segundo pacote e nós também estamos com autorização e esperamos acontece agora, para frente.

Eu já comentei aqui alguns processos de concessão, faltou alguns e vou pedir ao Otávio que descreva melhor. Ele é o responsável por fazer a programação de receitas do nosso Orçamento. Seria um pouco mais sobre as concessões, você me dava detalhes... Otávio me passou um monte de mensagens pelo *whatsapp*, e eu disse a ele: em vez de eu ficar lendo essas mensagens, venha aqui e faça a sua apresentação. E a Lucilene me ajudará na questão da mudança contábil da SPTrans.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Devo então concluir que não vamos conseguir hoje ouvir a todos, são mais de 20 inscritos.

Por gentileza, Otávio com a palavra.

O SR. OTÁVIO CARNEIRO DE SOUZA NASCIMENTO – Bom dia a todos. Eu sou Otávio, assessor do Caio Megale, sou Chefe da Assessoria Econômica da Secretaria da Fazenda e também auditor fiscal de carreira. Entrei na Prefeitura em 2014.

Em relação às concessões, para o ano que vem está previsto uma receita de 500 mil reais de receita corrente, não é de capital porque não é uma venda, é uma receita que é só sobre concessão. Então é classificada como receita corrente, difere das receitas de venda do Anhembi e de algumas alienações de imóveis.

Em relação às outras concessões, não estão previstas receitas porque os programas de desestatização estão pensando em conjunto: conjunto de parques, conjunto de mercados, conjunto de terminais, os quais resultem numa receita zero, de início, mas que equalize numa receita anual, ano a ano, e que desonerem os cofres públicos.

Então, de início, a gente pega parques superavitários com deficitários para que consigamos conceder mais parques e a Prefeitura deixa de ter esses gastos. Então em termos de receita, acaba não aparecendo no Orçamento, mas as concessões estão sim previstas.

O SR. ANTONIO DONATO – A alienação do Anhembi também não aparece nessa história?

O SR. OTÁVIO CARNEIRO DE SOUZA NASCIMENTO – A alienação do Anhembi está prevista para 2018. Aquela primeira pergunta que o senhor fez dos 700 milhões é em relação ao Anhembi que, a época da elaboração da proposta orçamentária, pelo cronograma, ainda entraria neste ano.

O SR. ANTONIO DONATO – O valor então estimado do Anhembi é de 700 milhões? Aquela área toda?

O SR. CAIO MEGALE – Esse é um valor conservador que nós colocamos inicialmente no Orçamento.

O SR. ANTONIO DONATO – É muito conservador, não é?

O SR. CAIO MEGALE – A Secretaria de Desestatizações e Parcerias trabalha com valores mais reais, o Secretário tem falado publicamente sobre os valores, mas não queremos entrar na especulação do processo. Colocamos então esse valor no Orçamento, se for mais, tanto melhor.

O SR. ANTONIO DONATO – Falam que vale quatro bi aquela área.

O SR. CAIO MEGALE – Se for mais, melhor...

O SR. ANTONIO DONATO – Se for vender por 700 milhões, só a área...

O SR. CAIO MEGALE – Estão todos convidados a participar do leilão, quando acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos acelerar. Tem a palavra Rudi Pompeu e depois Mauro Alves da Silva.

O SR. RUDIFRAN POMPEU - Bom dia a todos, bom dia a todas. Eu sou Presidente da Cooperativa Paulista de Teatro.

Caio, eu tenho uma questão. O Orçamento da Cidade é sempre estimado. Vou me ater justamente na questão da Cultura, vou fazer esse recorte porque, pra mim, é sempre preocupante.

Em minha opinião, com todo o respeito que lhe tenho, já estivemos em alguns momentos discutindo, fazendo debate com os Vereadores, a questão é que você representa um pensamento no qual eu, como artista, não estou incluído. E digo o por quê: tu és um homem de banco, vem do Banco Itaú, tu foi convidado pelo Doria, que é homem que apoia o movimento fascista. Então você representa um pensamento que é contrário ao meu. Estou falando com todo respeito porque não estou questionando a tua posição política, que eu não sei qual é. Mas hoje você representa... Então eu estou discutindo com a tua pasta, com a pasta que você representa, que é a Fazenda e o Planejamento, que é o pessoal que tá aí contigo.

Então quando vocês planejam o Orçamento da Cidade, vocês não pensam neste povo daqui, vocês pensam em como resolver os custos porque vocês entendem a Cultura

como custo. É assim que vocês entendem. Mesmo que a Economia estivesse bem, Caio, que a arrecadação fosse maior do que é agora, não há desejo político de vocês resolverem a questão da Cultura, aumentar o Orçamento da Cultura porque é um pensamento, você compreende?

Caio, é disso que se trata porque veja, se você tem um Orçamento de quatro bilhões, se você quisesse do ponto de vista político... E se você tivesse arrecadado menos, você resolveria a Cidade dentro do teu planejamento com os quatro bilhões a menos. Você resolveria, a Cidade não vai quebrar por causa disso, não quebrou até hoje! Não quebrou desde antes de você nascer, a Cidade não quebrou! Nós estamos aqui. É um desejo político da sua gestão, a qual você representa, ela não quer, não tem interesse, haja vista que tem o pior Secretário de Cultura da história da Cidade! É disso que se trata: é um o cara que gritou, é um cara que assediou pessoas, é um problema! Eu espero que nas próximas eleições a gente se lembre disso porque a coisa vai mudar, está mudando. Ninguém mais sabe o que vai acontecer.

Só para concluir, a Cultura quando a Economia vai bem, Caio, vocês não aumentam para a Cultura nem o índice inflacionário. Quando tudo vai mal, vocês cortam o orçamento da Cultura muito além de qualquer outra pasta.

Então, meu amigo, eu quero te dizer o seguinte: ou vocês pensam a Cultura como prioridade de Estado, entendeu? Ou volta pra FGV, pra PUC, vai trabalhar com a Ana. Com todo respeito falo isso, porque é quem te indicou, que deu um telefonema. É disso que se trata! Você é um homem do banco, Caio, você é um CEO de banco, um banqueiro, Como é que ele vai entender a gente? É um banqueiro, não vai entender!

Desculpe, é um desabafo, desculpe!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra Mauro Alves da Silva.

O CAIO MEGALE – Bancário, eu sou bancário.

O SR. RUDIFRAN POMPEU – Você não é bancário, você é um CEO. Você é

banqueiro, decide as políticas que o banco faz pra ter lucro, você é um homem da Bolsa de Valores.

- Pausa.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Sou do Jabaquara, região do Jabaquara e adjacências. Concordo com o companheiro, a gente não vai discutir com banqueiro porque banqueiro só pensa em juros e comissão. Então vou discutir com os Vereadores.

A primeira coisa é a questão que Orçamento apresentado, que é ficção. Mas a gente vê que ele tem um viés político bem definido, que é tirar os gastos sociais para sobrar dinheiro para pagar os juros dos banqueiros. Disso eu não tenho duvida.

Agora, cobrando dos Vereadores, a gente tem mais é que discutir a execução orçamentária porque aquilo lá não é execução orçamentária. Os números que o banqueiro apresentou são pura ficção.

Só para ter uma ideia, ele falou lá que vai arrecadar três bilhões de operação urbana, e isso é uma cobrança dos Vereadores desta Casa. A Operação Urbana Água Espreada arrecadou quatro bilhões de 2001 a 2018, e não construíram as moradias populares. Construíram 700 moradias de 8.000 contratadas. Pior do que isso, essa operação foi denunciada na Lava Jato, foi definido que foi fraudada a licitação do túnel e esta Casa aprovou mais quatro bilhões para a Operação, e sem fiscalização. Então a questão da Habitação não é questão do Orçamento, é questão de bandidagem mesmo. Foi aprovada licitação de quatro mil moradias na Operação Urbana, e em 16 anos não construíram mais do que 700. Estou repetindo pra ficar claro para o pessoal que está ouvindo a gente.

Outra coisa, quando o banqueiro fala de cortes, são cortes sociais, significa falta de Saúde, falta de Educação, falta de creche. Não é falta de número porque quando ele fala de despesa de capital, isso é aquela corrupção que aconteceu nos governos Maluf e Pitta porque até hoje estamos pagando aquela dívida, e não se faz investigação. E foram os banqueiros que participaram daquela corrupção. Lembram quando houve a fraude dos precatórios? Os bancos

compraram e fizeram fraude. E agora colocamos um banqueiro pra administrar o Orçamento, sendo que a fraude foi feita em 2000/2001 pelos banqueiros!

Outra coisa, a Cultura. Nós temos aqui no Plano de Metas a reforma do Centro Cultural do Jabaquara. A casa do Sítio da Ressaca, que vai completar 300 anos em 2019, está caindo, está escorada com sarrafo. Depois pega fogo, cai o prédio, todo mundo sai correndo pra levantar dinheiro.

Outra coisa que eu queria chamar atenção, falou-se da questão dos 30 milhões, disso, daquilo, mostrando pra população: olha que absurdo esse dinheiro! Só para administrar a Operação Urbana Água Espreada gastou-se, Vereador, 200 milhões. São 200 milhões só para administrar aquela tal de SP Obras. E isso com fraude, com licitação fraudada e a Odebrecht confessou.

Então a gente tem que cobrar, tem que ver o seguinte: Orçamento é peça de ficção, mas a gente cobra dos Vereadores que façam a execução e a sua fiscalização. Se não, a gente vai ficar refém de banqueiro. Banqueiro que vem aqui discutir juros e comissão. Então não vou discutir com banqueiro.

Muito obrigado! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra Paula Machado.

A SRA. PAULA MACHADO - Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Paula, sou da Defensoria Pública. Estou aqui hoje com os meus colegas representando alguns núcleos de atuação. Eu sou do Núcleo da Mulher.

Esta semana, após sermos instigadas, algumas organizações, instituições, cidadãos e cidadãs entraram em contato com a Defensoria para apontar algumas preocupações em relação à Lei Orçamentária do próximo ano.

Ontem à tarde nos protocolamos duas manifestações. São dois orçamentos que nos preocupam muito: em relação à SMADS e em relação à Secretaria de Direitos Humanos.

Especificamente em relação aos Direitos Humanos, a gente nota que ano passado

havia um orçamento, na verdade, de 98 milhões que este ano foi reduzido para 78 milhões. É muito preocupante porque existem serviços, tanto da infância e da juventude, tanto em relação às mulheres, em relação às pessoas idosas e com deficiência, programas que estão dentro desta pasta. Então o que nos preocupa, conhecendo esse cenário, aprofundando, existe um aumento, uma situação que parece mais instável porque para essas pastas, nós vamos trazer os dados também da Assistência Social. E por que houve esse corte? O que explica? Como vamos manter neste momento de crise, num momento em que as pessoas precisam muito mais acessar programas esse corte? Um corte que aparece dentro de dois setores que são cruciais neste momento de grande dificuldade, principalmente para as pessoas mais vulneráveis. A Defensoria representa esse público, e também os núcleos que tem essa função institucional de fazer essa articulação, de fazer esse acompanhamento e também propor medidas. Por isso é que nós estamos aqui.

Muito obrigada a todos e a todas. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Atílio Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Tem a palavra a Sra. Ana Carolina.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA GOLVIM SCHWAN - Bom dia a todos e a todas. Eu sou Defensora Pública do Estado de São Paulo. Atualmente, estou no Núcleo da Infância e da Juventude.

Vimos aqui hoje porque, como disse a minha colega Paula, estamos muito preocupados com o Orçamento destinado à Assistência e à pasta da Secretaria de Direitos Humanos. Ficamos muito impactados porque, como até demonstrado, o índice de desemprego é muito grande, a crise está instaurada e, portanto, as demandas nas pastas da Assistência são grandes e aumentam a cada dia. Não vimos um investimento correlato e correspondente a esse aumento da demanda destinado.

Não há investimento suficiente e adequado para a Assistência e para os Direitos Humanos e para se manter o que tem hoje não é possível tanto que o Conselho Municipal de Assistência Social não aprovou o orçamento da forma como foi proposto por que não tem verba suficiente para se manter o que tem. Para se manter o que tem hoje teria que haver um reordenamento e ainda assim seria impossível a implementação de novos serviços essenciais para a população vulnerável, especialmente crianças e adolescentes, mulheres em situação de violência, idosos e pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua.

Então, isso nos preocupa bastante porque a gente entende essencial a manutenção de forma qualificada dos equipamentos existentes e a implementação de novos equipamentos que se mostram fundamentais para que esses públicos tenham o atendimento eficiente. Que a assistência não seja só um direito previsto em lei, mas que seja efetivamente acessível à população. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – O próximo a participar da pergunta é o Sr. Daniel Secco.

O SR. DANIEL SECCO - Bom dia a todas e a todos. Meu nome é Daniel, sou Defensor Público do Estado também, atualmente no Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública. Como a Ana Carolina e a Paula já trouxeram, viemos hoje provocados pela sociedade civil e, de fato, nos causou enorme preocupação a proposta que está sendo apresentada em relação especificamente ao que a gente vai tratar: diminuição na área da Assistência Social e da Secretaria de Direitos Humanos.

O que nos parece é que essa proposta apresentada é incompatível tanto com a legislação e a Constituição Federal, como com as necessidades do Município e também me parece não ser compatível com a própria realidade financeira apresentada.

Verificamos que em relação ao orçamento da Assistência Social já vem havendo uma queda muito grande em relação aos gastos do Município. Em 2016, havia somados os gastos do Fundo Municipal de Assistência Social e da SMADS num total de 1.357 bilhão. Esse

número vai caindo em 2017, 2018 se mantém e, em 2019, há uma nova previsão de queda. O total agora seria de 1.286 bilhão. Então, é uma queda muito expressiva em relação ao ano de 2016. Isso nos causa muita preocupação. Como disse a Ana Carolina, o próprio Conselho Municipal de Assistência Social não aprovou o orçamento porque, segundo o Conselho, essa proposta não é suficiente sequer para manutenção dos serviços atualmente oferecidos pelo Município e, muito menos, para a ampliação necessária nessa situação de crise enorme em que a gente vive atualmente.

Então, a gente deixa aqui a nossa enorme preocupação às Sras. e aos Srs. Vereadores para analisar especificamente essas duas temáticas. Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – A próxima pessoa a participar é a Sra. Fernanda Dutra.

A SRA. FERNANDA DUTRA - Bom dia. Queria agradecer a oportunidade de participar desse orçamento participativo. A Defensoria Pública já está analisando esses dados e manifestou essa preocupação em relação ao orçamento, em especial da Secretaria de Direitos Humanos e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

O nosso papel aqui, enquanto representante do Núcleo Especializado de Direitos da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência, é então explicar que a assistência social e a redução, na verdade, está reduzindo ou fazendo a gente retroceder no sentido de não garantir o direito à assistência social, que é um direito humano, é um direito constitucional, ele não se inclui no âmbito do assistencialismo, de políticas assistencialistas, na realidade, ele promove é relações sociais de qualidade.

Quando a gente pensa em assistência social, a gente está falando sobre serviços da proteção social especial, da proteção social básica que vai prevenir rompimento de vínculos, que vai garantir o bem-estar das famílias, que vai acolher pessoas em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica que tenham os vínculos familiares frágeis ou rompidos.

Em relação ao orçamento e ao redirecionamento de serviços que será necessário em razão do orçamento que não foi aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, mas que foi proposto pelo Governo Municipal, vai implicar justamente no não aumento de vagas em centros de acolhida, na melhora da qualidade desses centros de acolhida, não vai haver uma expansão de centro de convivência para a população idosa e outros serviços que garantam uma vida com autonomia, independente, com dignidade para as pessoas que necessitam desses serviços.

É por isso, então, que esse documento foi apresentado e esperamos que ele vincule inclusive no processo decisório essas medidas que vão ser adotadas e que eventualmente analisadas podem ser alteradas e consideradas. Obrigado pelo espaço.

Bom trabalho. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – A próxima pessoa é o Sr. Tranquilo Mortelle. Foi embora. O próximo é o Sr. Isaías Paranha.

O SR. ISAÍAS PARANHA - Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Isaías, sou Conselheiro Administrativo da CET de São Paulo.

O que eu venho falar, principalmente ao Sr. Caio Megale, é que a mobilidade urbana está com um dos piores orçamentos dos últimos anos. No ano passado, tivemos 1.83. Este ano, 1.07. Então a Prefeitura vem dificultando o serviço que nós prestamos para a sociedade e a pergunta fica: o que é que a Prefeitura quer que nós entreguemos a sociedade com um orçamento deste?

Hoje nós temos oito equipes de manutenção para todo parque semafórico. São mais de oito mil semáforos em São Paulo. Temos oito equipes para fazer essa manutenção, isso é tecnicamente impossível. E aí a gente tem aquele outro problema que todo o dia de manhã a Rede Globo fala que a CET não consegue atender, mas fica fácil para a Prefeitura porque ela fala da CET e não fala do gestor, porque esse é o maior problema.

Nesses últimos dois meses, para se ter uma ideia, o ônibus que vai buscar as

crianças para um programa de educação infantil que temos no nosso Centro de Educação não tinha dinheiro para pagar isso, não tinha.

Com esse orçamento de 1.07 alguns serviços que a Prefeitura tem o dever de entregar para população terão de ser cortados e aí nós teremos mais problemas na questão da Segurança Pública, que é a vida, porque semáforos quebrados provocam acidentes e uma série de outras coisas.

Essa operação de crédito - e aí vai a pergunta – que a Câmara autorizou vai contemplar mobilidade? Ouvi V.Exa. falar de transportes. Concordo, temos que melhorar os transportes, mas há outros envolvimento e a mobilidade e se nós não tivermos uma engenharia adequada, o transporte não anda, eles são interligados.

Até agora não ouvi nenhuma manifestação nesse sentido. Muito obrigado.
(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Próxima pessoa, Sr. Handemba Mutana.

O SR. HANDEMBAMUTANA - Meu nome é Handemba Mutana e trabalho no terceiro setor. Queria destacar que vivemos em um dos países mais desiguais do mundo e nós estamos vivendo na Cidade com os maiores recursos financeiros do País. Senti falta na sua apresentação, Sr. Caio, de mostrar qual é o esforço da Prefeitura para reduzir as desigualdades. Isso porque nós temos o compromisso de como País e como Cidade de ter esse esforço para reduzir as desigualdades porque é um dos pontos críticos do País.

Então, faltou um slide que mostrasse para população de que forma que a gente vem aplicando os recursos para reduzir, qual é o impacto na redução das desigualdades. Isso ao passar dos anos – últimos três anos, dois anos - a gente precisa ser capaz de monitorar isso com um acompanhamento mais de perto dessa realidade.

Endosso a fala dos Defensores porque mostra que em uma crise quem vai ser mais impactado são justamente as pessoas com maior vulnerabilidade. Então é importante que a gente tenha uma dimensão de qual que está sendo o esforço da Prefeitura e, principalmente da

parte orçamentária, para reduzir. Então eu peço que não só nessa apresentação, como em outras apresentações, a gente possa visualizar qual está sendo de fato o impacto que tem sido feito pelo orçamento na redução das desigualdades. Acho que é só isso. Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – O próximo orador inscrito é o Sr. José Renato Almeida. Desistiu. Com a palavra a Sra. Maria Angélica.

A SRA. MARIA ANGÉLICA – Boa tarde. Cumprimento a Mesa. Venho do Butantã, que é uma área que a gente diz que é rica, mas aí eu trago a realidade bem diferente. São 89 comunidades periféricas e dessas 89 unidades periféricas digo que a participação na audiência pública na Regional foi a que mais teve pessoas presentes. Isso reflete a moradia, meio ambiente, segurança alimentar e nutricional e aí eu venho enquanto Comusa, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e venho também como Cades Butantã.

Diante de tudo que já foi colocado, eu vou ser bem pontual em duas questões. Do meio ambiente, que a questão dos parques. A cidade tem 107 parques e sete estão no Butantã. Desses sete, quatro estão com ocupações irregulares. Enquanto defensora do meio ambiente, lá nós temos também o núcleo de educação ambiental que está sendo desmontado entre tantas políticas da Cidade que estão sendo desmontadas. E aí eu venho reivindicar principalmente aos Vereadores porque a proposta dos bancos para a Cidade é excelente, mas para as comunidades não está chegando. Então a gente apela para os Vereadores, para a Comissão de Orçamento a questão de uma unidade orçamentária para a área de educação ambiental e a dotação orçamentária para o Cresan Butantã, que é a primeira unidade de Educação de Segurança Alimentar da Cidade e da América Latina também e não tem dotação orçamentária para esse lugar funcionar. Então, é um apelo que eu faço, à Comissão, para rever esses critérios. E, enquanto Cades, que dê socorro para esses parques. Não dá para ficar privatizando os grandes parques enquanto os pequenos ficam sucateados, abandonados. Não tem manejo, não tem poda, não tem limpeza, segurança é fragilizada e, aí, as ocupações acontecem e o problema cai onde? Na moradia, porque não se constrói nada de moradia, há

muito tempo, em São Paulo.

Muito obrigada. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Temos dez inscritos, é isso?

Então, tem a palavra a Sra. Fabiana Domingues Lisboa.

A SRA. FABIANA DOMINGUES LISBOA – Bom dia. Fabiana Domingues Lisboa.

Sou da região de Santo Amaro.

As promessas de campanha são diferentes da realidade enfrentada pela população: moradores de rua, postos de saúde aquém da necessidade da população. Exemplo que eu presenciei, neste mês, quando levei meu filho para vacinar durante a campanha da poliomielite: não tinha fraldário e, sequer, um copo descartável para dar água para um senhor de cerca de 70 anos de idade.

Problemas, também, na questão de zeladoria. Essa é a realidade de muitos bairros, especialmente da zona Sul/Santo Amaro. Estou me referindo à parte de Santo Amaro em frente à Expo Transamérica. Lá, o mato está com dois metros de altura e desde março eu protocolo reclamações – pessoalmente e via portal da Prefeitura. Em contrapartida, no Jardim Europa, a situação é outra. O mundo lá é “o mundo cor-de-rosa de Alice”, não é o mundo que todos os bairros enfrentam – da zona Norte à zona Sul. No Jardim Europa há praças bem cuidadas, contêineres de coleta de lixo, enquanto a cidade, zona Sul/Santo Amaro - local em que muitos dos políticos foram fazer campanha, pedir voto, colocar santinhos e faixas eleitorais que ainda não foram recolhidas e que continuam lá -, continua abandonada.

Então, que em 2019 V.Exas. façam um orçamento mais justo para toda a cidade de São Paulo. O “mundo cor-de-rosa de Alice” não pode ser só no Jardim Europa. Ele tem de ser

na zona Norte, na zona Sul, em Parelheiros, em todos os bairros. É isso que a população espera. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Fabiana.

Tem a palavra o Sr. Natanael de Jesus.

O SR. NATANAEL DE JESUS – Boa tarde a todos.

Sou Natanael. Sou do Fórum Municipal da Assistência Social, o oficial, e também faço parte do Conselho do Comas e sou Coordenador da Comissão de Finanças do Conselho Municipal da Assistência.

Quanto ao orçamento que foi apresentado, na área da Assistência, devo dizer que estava indo bem a discussão. Aí, veio a orientação da Secretaria da Fazenda para manter 1 milhão e 286 mil reais. O que acontece? Este valor é praticamente o mesmo de 2018, sem as correções do dissídio da categoria, que ocorreu no meio do ano, e sem a ampliação do serviço que aconteceu em 2018.

O Conselho Municipal também debateu a ampliação do serviço de acolhimento institucional. Os SAICAs (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes) têm uma demanda muito grande no Ministério Público e essa demanda vai mudar de 20 para 15, no que se refere ao atendimento de usuários, e isso não está previsto no orçamento de 2018. São mais de 34 SAICAs que não estão previstos na peça orçamentária!

Então, o que aconteceu? Foi muito complicado, mas, neste ano, o Conselho resolveu fazer algo diferente: não aceitamos os parâmetros impostos pela Secretaria da Fazenda. Se o Conselho aceitar, é pedir para a política da Assistência regredir. Então, o Conselho, pela primeira vez, negou os parâmetros da Secretaria da Fazenda, mas o Conselho também aprovou uma outra resolução orientando qual o orçamento mínimo – ou seja, ainda não é o adequado -, para a Assistência Social. Esse orçamento mínimo deve englobar os reajustes dos convênios, ocorridos em 2018; os reajustes dos convênios que terão de ocorrer em 2019; a ampliação dos SAICAs; Família Acolhedora, programa que foi aprovado pelo

Conselho, neste ano; ampliação do SCA, que é o serviço voltado para crianças e adolescentes, de 6 a 15 anos; ampliação do SCJ, serviço voltado para crianças e jovens, de 15 a 18 anos; temos, ainda, o Cedesp (Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo), o SASF (Serviço de Assistência Social à Família), o NCI (Núcleo de Convivência de Idosos); temos o serviço voltado à população em situação de rua. E se frisa mais o serviço voltado à população em situação de rua, mas não há somente esse serviço, de proteção especial, na cidade de São Paulo. Há outros serviços.

Então, o pessoal fica muito na proteção especial, mas temos de avançar na proteção básica para tentarmos diminuir a especial, mas sempre se investe na especial e, aí, o que acontece? Viremos para a reunião temática...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Teremos a temática especial, também, para SMADS.

O SR. NATANAEL DE JESUS – E o que aconteceu? O Conselho não aceitou mesmo essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Natanael.

Tem a palavra o Sr. Darci da Silva Costa.

O SR. DARCI DA SILVA COSTA – Bom dia. Sou Darci, do Movimento Nacional da População de Rua.

Vendo a apresentação dos *slides*, fiquei um pouco preocupado com a questão da Previdência, da Educação e, também, da Saúde. Preocupei-me principalmente com a questão da Educação e da Saúde, porque os serviços são muito precarizados em nossa cidade. Como é que se gasta tanto e se oferece um serviço tão ruim, de baixa qualidade, como o que temos no Município? Eu não consigo entender como é que se gasta tanto e se oferece tão pouco!

Quanto à questão da Previdência, o que eu entendi é que para podermos discutir a questão da Previdência, eu acho importante a participação do segundo setor, do terceiro setor, porque não dá para negociar isso só conversando Governo e trabalhador. Eu acho muito

desleal quando se pensa em redução de gastos, se pensar sempre em cortar. É como fatiar o boi na época da escravidão: os pedaços que não são nobres vão para os escravos e, aí, a melhor parte, no nosso caso hoje, vai para as grandes corporações. Então, precisamos entender bem onde estão os interesses, já que somos uma sociedade. Todas as vezes em que pensamos em participação de renda sempre achamos se tratar de comunismo. Na verdade, não é. Depois da Segunda Guerra Mundial, Israel se organizou em *kibutz* agrícolas. Foram acusados de comunistas. Hoje, eles já estão em outros setores, não só o da agricultura, mas estão, também, nos setores da hotelaria e turismo.

Quer dizer, quando falamos em questão participativa, ainda temos essa consciência de que o nosso país ainda é uma colônia e de que quem está no poder é a realza, que ainda está explorando as nossas terras. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Darci.

Tem a palavra a Sra. Olga Quiroga.

A SRA. OLGA QUIROGA – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Srs. Vereadores.

Eu tinha pensado em não falar nada, mas fico muito preocupada com o orçamento da Assistência Social. Eu coordeno o Grupo de Articulação para Moradia de Idoso da Capital – Garmic. Temos 385 idosos inscritos para moradia e o único projeto de moradia que está funcionando é o da Vila dos Idosos, no Pari. Lá, moram 212. E há o nosso projeto, do Garmic.

Por que eu vim aqui? Porque, devido à especulação imobiliária, os aluguéis estão muito caros, muito caros. Os idosos que ganham um salário mínimo não estão vivendo, estão sobrevivendo. Estão passando fome. E, aí, entra a Assistência Social. Quando o idoso se vale da Assistência Social, para ele pegar uma cesta básica, ele volta e diz assim: “Eu já recebi três cestas básicas e me falaram que só tenho direito a três cestas básicas durante um ano”. Um idoso, com 75 anos, que paga 700 reais de aluguel, não tem direito a uma cesta básica por mês? Eu fico com vergonha. Fico com vergonha de estar falando aqui sobre a situação em que os idosos estão vivendo.

Não falarei sobre outros programas, porque os meus colegas aqui já falaram. O que mais me preocupa é isso: que o idoso não tem nada. Nós temos muita política pública, que conseguimos porque lutamos por isso. Mas, infelizmente - acho que não temos a força, ou talvez porque não somos levados em consideração -, essas leis não saem do papel.

Eu gostaria que, por gentileza, os Srs. Vereadores pensassem um pouco melhor nos idosos, porque a população idosa está crescendo a cada dia e não quero mais ver os idosos morrendo de fome.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, dona Olga.

Tem a palavra a Sra. Nilda.

A SRA. NILDA – Bom, é incrível o que eu vou dizer depois de ouvir tudo o que eu ouvi.

Antes de tudo, gostaria de, em público, agradecer aos 55 Srs. Vereadores pela aprovação do PL. Depois de 80 anos, pudemos ficar felizes por alguns minutos e, de repente, dia 14 de dezembro, depois de dois dias, a coisa detonou. Mas não se fala em esporte porque esporte para idoso já é inexistente. Então, não vi nada para a Secretaria de Esportes. Vamos ficar quietos.

Mas o que acontece? Estamos aqui para falar e todos já falaram sobre a questão da Assistência Social. Temos 97 NCIs (Núcleos de Convivência de Idosos). Hoje a situação, por exemplo, da Vila Mariana: lá fechou o NCI. O outro NCI está em um prédio infestado de cupim, também sai.

Então, hoje há uma comparação: você, que é da periferia, tem direito; o idoso, que mora na Vila Mariana, não tem mais direito a nada, porque mora na Vila Mariana.

O meu desejo aqui, realmente, é reforçar a defesa para a Secretaria da Assistência Social, mas fazer um alerta: temos, e colocamos à disposição de todos os Srs. Vereadores, um estudo de compatibilização dos espaços. Temos 46 centros esportivos; 285 CDCs (Complexos

de Defesa da Cidadania). Dos 97 NCIs, o que pesa mais para eles? É o aluguel. Por que eu não chego para o vizinho, chamado Secretaria de Esportes? Nós já levantamos, temos todo o projeto montado, e eu só trabalho dessa forma... Mas, às vezes, não somos ouvidos: “Pô, a Nilda fala muito”. Não é que eu falo muito. Eu gosto de falar tecnicamente e muitas Secretarias não têm técnicos preparados para ouvir você falando tecnicamente. Está faltando isso. Não temos diálogo.

Hoje, por exemplo, o idoso que tem vontade de participar não consegue desenvolver um diálogo! Às vezes, o próprio Conselho Municipal não tem diálogo.

Então, eu me coloco à disposição dos Srs. Vereadores e de qualquer organização para dar essa sugestão de compatibilização dos espaços. Eu poderia ajudar muito mais a Assistência Social. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, dona Nilda.

Tem a palavra o Sr. Divino Elias da Costa...

A SRA. NILDA – Agora, eu peço licença porque eu tenho outra reunião, e é de esporte, é claro. O meu time joga hoje e eu tenho de estar na convocação. Corinthians. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Maravilha.

Falando em Corinthians, anuncio a presença do nosso querido Vice-Presidente Rodrigo Goulart, Vereador desta Casa.

Tem a palavra o Sr. Divino Elias da Costa e, depois, Maria Clementino.

O SR. DIVINO ELIAS DA COSTA – Boa tarde a todos. Eu sou Divino Elias da Costa, conselheiro tutelar da Cidade Tiradentes, do conselho 1. A minha proposta aqui, Sr. Megale, é que nós, conselheiros tutelares, estamos muito preocupados com a situação, que foi apontada aí pela Defensoria Pública e por várias pessoas. Há a dificuldade para nós, conselheiros, que trabalhamos, na ponta da Cidade, quanto às nossas estruturas, nossos empreendimentos imobiliários sucateados e nossas condições de atender à criança e ao

adolescente.

Quero agradecer à Vereadora Soninha, que atendeu ao convite da setorial Leste, que represento, a comissão permanente, que foi até ao nosso colegiado, para visitar a nossa região, com 350 mil habitantes. Tem uma demanda muito grande, e essa demanda cai em cima da Assistência Social, em cima da Saúde e em cima das nossas escolas, que não têm estrutura legal.

Nesta Casa, se analisarem, as reformas das escolas lá estão sendo muito vagas. Demora-se muito. As diretoras chegam reclamando: “Elias, a nossa quadra está interditada, porque a telha vai cair, e nós não podemos usar o espaço”. Então, gostaria que V.Exa. olhasse e desse atenção à periferia, Cidade Tiradentes e outros extremos, que sofrem com falta de política pública. Cortam serviços. Lá foram cortados os nossos dois CJs.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Os conselhos tutelares ainda estão vinculados à Secretaria das Prefeituras Regionais ou não?

O SR. DIVINO ELIAS DA COSTA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, nós teremos a oportunidade para esmiuçar.

O SR. DIVINO ELIAS DA COSTA – Com certeza. Só queria também frisar aqui um convite, para V.Exas. também fazerem uma visita aos conselhos tutelares.

Sr. Megale, fale com alguns Vereadores que sempre vão lá fazer campanha política nos territórios, principalmente na Cidade Tiradentes. Vão fazer uma visita, olhar qual é o atendimento que o conselho está dando para essas famílias e essas crianças no nosso território.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Leandro.

O SR. LEANDRO – Boa noite, Srs. Vereadores, Sr. Secretário e amigos da plateia. Eu trabalho na equipe do Vereador Reginaldo Tripoli e, em seu nome, Sr. Caio, encaminho para V.Exa. a seguinte pergunta: “Em 2017, o Sr. Prefeito João Doria, publicou um decreto que

reestruturava a Secretaria Municipal de Saúde e, naquele contexto, foi criada a Coordenadoria de Saúde e Proteção aos Animais Domésticos. No orçamento de 2018, que está terminando agora, havia uma previsão orçamentária de 15,8 milhões de reais, para financiamento dos serviços prestados por essa coordenaria, no entanto, esse valor continua congelado, faltando aí pouco mais de dois meses para a gente encerrar o ano. E, na LOA de 2019, a COSAP foi ignorada na proposta que chegou, salvo engano meu e da Assessoria da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal. Ela foi ignorada na proposta que chegou aqui. Então, peço a V.Exa., que registre esse nosso ponto de atenção, para a gente poder dar um encaminhamento adequado, antes da aprovação da LOA.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Maria Clementino de Souza.

A SRA. MARIA CLEMENTINO DE SOUZA – Boa tarde a todos. Diante do que foi falado, fica difícil reclamar, mas eu tenho uma reclamação a fazer. Sou da região de Taipas. Em relação à Saúde, dizem que a Saúde melhorou. Onde? Ontem eu fui trocar uma receita minha, porque eu tenho problema de pele e me trato lá na Vila Mariana. Eu cheguei lá às 8h30 e fui atendida ao meio-dia e meia, porque não havia funcionário para poder fazer isso. Agora eu quero saber onde a saúde de São Paulo melhorou. Acabou fila para tudo. Onde? Eu ia trocar uma receita. Havia pessoas lá que chegaram às 7h30, cadeirantes lá sem comer, esperando trocar uma receita médica. Eu acho isso um absurdo, uma falta de respeito com o ser humano. Fiquei revoltada. Até gravei um vídeo e mandei para o Sr. Prefeito Ivan, da regional de Pirituba. S.Exa. não me respondeu nada. No dia 17 de julho, houve um orçamento, no qual eu reclamei, porque lá não há como marcar consulta. Quando chega o dia 5 ou 6, não há mais vaga para clínico geral.

Agora, digam para mim, Srs. Parlamentares, onde está a saúde de São Paulo? Onde melhorou isso? Isso é revoltante.

Outra coisa, em relação à Ouvidoria Pública, não há limpeza de praça, poda de

árvores e limpeza de córregos. Não há nada. A rua onde eu moro é uma associação. Eu trabalho com venda e moradia. Inclusive, há uma associação de moradia, e a habitação está difícil também; mas em relação à saúde, podem colocar aí que é falta de respeito e de consideração com as pessoas. Isso para mim foi revoltante. Eu cheguei lá às 8h30 e fui atendida ao meio-dia e meia, porque não há funcionários. Só reclamaram que não há. Estão tirando todo mundo e não repõem. Então, por favor, cuide disso.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Os Srs. Vereadores podem se manifestar.

Haverá depois as respostas do Sr. Secretário.

Tem a palavra a nobre Vereadora Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Sr. Secretário, faço um pedido razoavelmente simples, eu acho. Os volumes todos da peça orçamentária estão publicados no *site* em *PDF*, e aí a gente tem duas planilhas, com detalhamento de ações e de despesas, que são em modelo planilha, com a extensão planilha. Gostaria de saber se seria possível disponibilizarem, no *site*, as tabelas dos volumes também no formato original de planilha, porque fica muito mais fácil para a gente percorrer e fazer as comparações todas. As outras duas que vêm como planilha são enormes, e esse do volume já vem consolidado. Então, fica mais fácil para a gente navegar.

Sr. Secretário, por que foi reduzida a previsão orçamentária do fundo da Assistência Social? Já ocorreu, em anos anteriores, a dotação de a Secretaria diminuir de um ano para o outro, mas eu nem me lembro de ter acontecido isso com o fundo. Veio uma previsão menor.

Outra coisa, se possível, se V.Exa. pudesse falar sobre a dívida do Município, qual é esse compromisso do município com o pagamento de dívida? Esse é um tema que sempre vem à tona. Dizem: “Na Prefeitura, falta dinheiro para tudo, mas ficam dando dinheiro para os bancos”. Então, o que significa a dívida do Município, a quem nós estamos pagando e pelo

quê?

Em relação a nós mesmos aqui, o Legislativo, de fato, eu vi que a previsão orçamentária dos dois órgãos, tanto da Câmara, quanto do Tribunal, veio menor, e eu fico contente com isso, porque eu acho que o peso da função legislativa no desenho do orçamento é muito grande. A gente executa a atividade meio, não entrega serviços e não tem essa responsabilidade. E custamos muito caro.

Eu queria saber como é que funciona essa previsão, se a Câmara Municipal envia uma proposta detalhada ou uma proposta muito genérica. A mesma coisa eu falo em relação ao Tribunal de Contas do Município, porque, até onde sei, as várias secretarias, os vários órgãos da Prefeitura mandam a sua demanda para a Secretaria de Finanças, que atende ou não atende. Como é que funciona no caso desses dois órgãos aqui do Legislativo?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, eu ia fazer questões, mas devido ao tempo, vou fazer só um apontamento. Primeiro quero agradecer ao Sr. Caio Megale que vem em todas as audiências. Eu estou na Comissão de Finanças já desde 2013. V.Exa. é o único Secretário que vem em todas as audiências e participa do começo até o fim. Então, acho que isso é importante registrar.

Outra questão, Sr. Caio, é que V.Exa. mencionou sobre o aumento da arrecadação do ISS. É bacana a ação de fiscalização da secretaria, mas eu queria deixar também claro que quando o trabalho é feito em conjunto com várias mãos, o resultado vem. Por que eu estou falando isso? A Câmara Municipal, nós, Vereadores, demos uma contribuição para isso. Quando nós votamos aqui a lei que simplificou a licença de funcionamento, e que o comerciante, o empresário pode tirar a sua licença, ele fica regularizado, ele começa a emitir nota, porque, até então, ele ficava escondido, com medo de o fiscal ir lá e tomar o seu dinheiro.

Então, hoje, conseguem tirar a licença de funcionamento em 30 dias. Isso tem um impacto violento nesse processo, e isso ajuda a se aumentar a arrecadação.

Não tirando o mérito da Secretaria da Fazenda, seu e do Sr. Pedro Ivo, com relação à fiscalização, aumentando a receita, eu também acho que essa contribuição que nós fizemos, de alteração da lei, é importante.

Outra coisa, a gente precisa trabalhar com mais atenção no orçamento e acompanhar muito a questão da dívida ativa. Eu vi que diminui aqui o orçamento da Procuradoria do município, que está responsável por cobrar a questão da dívida ativa. A gente tinha, até no passado, 104 bilhões da dívida ativa.

Falo em investir na questão de tecnologia. A CPI que nós fizemos aqui conseguiu recuperar 1,2 bilhão. Isso demonstra que é preciso investir em tecnologia, para poder recuperar a questão dos devedores na cidade de São Paulo.

Eram essas as considerações.

- Assume a presidência a Sra. Soninha Francine.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Com a palavra o nobre Vereador Atílio Francisco.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – Senhoras e senhores, boa tarde. Eu quero só sacramentar aqui que, em todo ano, na relatoria do orçamento, a gente faz das tripas coração para conseguir recurso, para atender a demandas que a população apresenta, e uma das questões mais sérias e mais graves da cidade de São Paulo é a Zeladoria das Subprefeituras, que estão sucateadas. Por ocasião da relatoria da LDO, nós buscamos, dentro da previsão, recursos para serem distribuídos para as subprefeituras, exatamente para melhorar a zeladoria de cada bairro, e nos surpreende que os valores não foram inclusos exatamente nas subprefeituras.

Eu queria que o Sr. Secretário pudesse dar uma explicação concernente a isso, para saber que tudo aquilo que é feito na LDO, que é uma previsão de relocação de orçamento para o próprio orçamento, por que esses estudos, esse trabalho que a gente tem, a discussão que a gente tem com a população, que busca viés para poder remanejar recursos e dar atendimento àquilo que reivindicam, por que normalmente isso não foi e não acontece com naturalidade, na peça orçamentária apresentada? Eu queria que V.Exa. desse essa explicação. Gostaria de saber de que maneira são manipulados esses números. Tudo o que a gente apresenta, no orçamento, realmente há reclamação aqui da população, com coisas que não são executadas. A gente sabe das dificuldades financeiras e da crise que estamos enfrentando, mas números são números, de quantos são implantados e aprovados. Eles têm que ser sacramentados e levados em consideração a todo trabalho que é feito, e traduzir os resultados para a cidade de São Paulo, Sr. Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Sr. Secretário, às 13 horas, começaria a reunião da Comissão de Política Urbana, que tem um prazo de quinze minutos para que seja aberta a reunião. É o prazo regimental. Então, há quinze minutos para as respostas.

O SR. CAIO MEGALE – Obrigado. Acho que eu vou usar até menos do que isso. Já falei algumas vezes aqui. Vou traçar alguns comentários gerais. Depois eu respondo as perguntas mais específicas dos Vereadores. Primeiro eu faço só um esclarecimento. Em algumas das intervenções mencionaram que eu era banqueiro, que eu represento os bancos. E eu quero deixar muito claro que eu estou Secretário da Fazenda, trabalho como Secretário da Fazenda 100% do meu tempo e todo o meu interesse é em equilibrar as finanças do Município frente às restrições orçamentárias ilegais que temos, de um lado, e às demandas da população. É para isso que eu trabalho, e trabalho bastante, com o apoio da minha equipe. Esse é o nosso objetivo.

Houve diversas manifestações com relação a pedidos de aumentos de orçamento –

“falta orçamento aqui”, “falta orçamento ali”.

Eu tentei mostrar no início que nós temos algumas linhas grandes do orçamento que crescem mais do que a receita. A Previdência é uma delas. E chamei a atenção para a previdência porque é a linha do orçamento que mais cresce em termos de ritmo de crescimento. Ela só não vai crescer mais esse ano do que a educação, porque a educação tem o mínimo constitucional e sobe junto com a receita. E a educação tem um orçamento maior do que o da Previdência. Mas os dois estão crescendo num ritmo muito acelerado, especialmente a Previdência. Então são despesas importantes, cruciais.

Respondendo ao Vereador Atílio Francisco: nós organizamos o orçamento das despesas obrigatórias e cruciais – e, por despesas cruciais, eu entendo a manutenção dos serviços, a manutenção do subsídio ao transporte, a manutenção dos convênios, dos contratos. E a despeito dos ganhos a arrecadação não tem sido suficiente para atender todas as demandas. E a cidade tem que encarar e debater essa restrição orçamentária. Os debates precisam acontecer, e vão acontecer, e é muito importante essa etapa, porque a agonia sai só lá da Secretaria e espalha para todo o Legislativo, espalha pela cidade, sobre como fechar essa conta, sobre como vamos acomodar o crescimento dos gastos obrigatórios e as demandas da sociedade, que são todas importantes e legítimas. Esse é o nosso grande desafio.

Um ponto sobre o orçamento da Secretaria de Direitos Humanos, por exemplo, que foi mencionado algumas vezes: o orçamento, de fato, se reduziu de 98 para 78, mas a execução do orçamento, esse ano, é em torno de 67, que já é maior do que o ano passado. Nós não temos que olhar só para o orçamento previsto, mas, sim, para a execução que vem acontecendo. Estamos prevendo para o ano que vem mais recursos do que a execução desse ano. E por que isso implica numa queda do orçamento? Porque o orçamento vem já de alguns anos atrás muito descolado da realidade dos gastos correntes. E o esforço que nós temos feito é para trazer o orçamento, que é o que é discutido aqui, para a realidade do que é

efetivamente dispendido, porque, senão, fica um pouco dessa discussão “tinha aqui previsto 80, mas só foi elaborado 60”, porque, na verdade, o planejamento financeiro não passava muito mais de 60. Então aquelas dotações maiores eram uma dotação excessiva, que sabíamos que não iria acontecer. Então temos que trazer, e esse é um esforço que nós temos feito nos últimos ano na Secretaria da Fazenda, o orçamento para a realidade. E quando trazemos o orçamento para a realidade, algumas verdades que acontecem no financeiro, mas não acontece no orçamento, no orçamentário são explícitas, e é bom que isso é aconteça, porque aí trás para o debate. Quer dizer, é importante suplementar a assistência social? Sem dúvida. Um conselheiro do COMAS, inclusive, falou que o orçamento de 1 e 300 não é suficiente, teria que ser 1 e 600. Está bom. Então temos o desafio de sair de 1 e 300 para 1 e 600. Da onde eu vou tirar esses 300 milhões de reais? Nós temos o crescimento de arrecadação no meio de uma crise financeira violenta e uma incerteza política tremenda bastante expressiva. Então os recursos estão ali, e foram alocados de acordo com as despesas obrigatórias. De onde eu vou tirar esses 300 milhões de reais? É importante? É importante. Então vamos tirar da educação, vamos tirar da saúde, vamos tirar da zeladoria, vamos tirar da manutenção dos parques. Esse exercício que é preciso ser feito.

Agora, um ponto específico sobre os bancos, respondendo à questão da Soninha: a Prefeitura não repassa recursos aos bancos, a Prefeitura tem uma dívida com o Governo Federal, que foi renegociada, está mais baixa e a execução é menor. A maior parte da dívida que mais pressiona em termos de crescimento é dívida com precatórios, com os servidores públicos. É uma dívida importante, porque tem que ser paga essa dívida com os servidores, assim como do ponto de vista constitucional, porque a Constituição nos obriga a pagar todo o estoque de precatórios até 2024. Temos que chegar lá.

Então, mesmo em termos legais e constitucionais, há muito mais restrições do que a realidade orçamentária nos apresenta. Esta audiência pública e todos os debates que faremos daqui para frente serão para tentar acomodar todas essas demandas. É um grande

desafio, a nossa equipe da Secretaria da Fazenda está à disposição para que realmente achemos esse espaço.

Agora o que nós temos que ter como norte é não criar um orçamento que não seja de verdade e que venha a decepcionar ao longo de todo ano. Tem de ser um orçamento mais próximo da realidade, transparente e aberto para a sociedade. E é para isso que servem os debates, para saber para onde vão os recursos.

Acho bastante pertinente o comentário do Vereador Ricardo Nunes: não só o esforço em aprovar algumas leis que facilitaram a vida de quem paga os impostos e, portanto, estão pagando impostos com mais fluidez; mas também o próprio trabalho da CPI, no ano passado, que chamou a atenção das pessoas para cumprirem corretamente suas obrigações, caso contrário, serão questionadas pelo Executivo e pelo Legislativo, afinal de contas estamos defendendo essa peça orçamentária e quanto mais recursos conseguirmos trazer menor será essa agonia, o dilema de para onde mandar os recursos. Portanto, são trabalhos bem-vindos.

Conforme falou a Vereadora Soninha, conseguimos colocar nas planilhas, não só em forma de PDF. Isso é relativamente simples. E enderecei também o ponto da dívida, que é parte do Governo Federal e outra parte com os precatórios.

Em termos de juros, não pagamos juros, recebemos juros. São os juros da aplicação do caixa que rendem alguns recursos. Então, quando se paga o juro da dívida pública do Governo Federal vem um pedacinho para nós para ajudar no nosso caixa.

Obrigado.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – Fiz a pergunta, Secretário, exatamente porque dá a impressão que todo trabalho que se faz como Relator é para inglês ver. Faz as audiências públicas, atende a população, as demandas que são apresentadas, colocamos na peça orçamentária, aprovamos e, depois, esse recurso não se transforma em benefício nem em resultados para aquilo que foi feito.

Por isso pedi essa explicação, para que eles pudessem observar e atentar ao que é

feito realmente com o recurso para não dizer que estamos aqui fazendo representação.

O SR. CAIO MEGALE – Muito pelo contrário, é um trabalho muito importante, por isso que reforcei que esse diálogo é fundamental para que o Orçamento fique o mais próximo possível do que a sociedade precisa, sujeito a todas as restrições que temos.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Convido todos para a próxima quarta-feira. Não há como mudar o horário. Verificamos que há uma solicitação da galera da Cultura para mudar o horário, mas na quarta-feira veremos Cultura no Salão Nobre. Teremos o *site* para sugestões, próprio para o Orçamento, teremos Relator ou Relatora. E quem será o Coordenador do Orçamento? Todo ano se designa um coordenador. É vitalício?

Agradeço a presença de todos.

Estão encerrados os trabalhos.